

PARECER JURÍDICO INICIAL

I-RELATÓRIO.

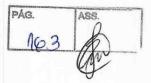
Trata-se de um procedimento administrativo licitatório encaminhado a este órgão consultivo, para análise da regularidade jurídica do procedimento licitatório de um <u>Pregão Eletrônico</u>, com critério de julgamento a ser utilizado o <u>Menor Preço</u>, em que o município tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de <u>decoração natalina</u> em espaços públicos do Município de Mercedes/PR", no valor preliminar estimado de R\$ 197.065,03 (cento e noventa e sete mil, e sessenta e cinco reais e três centavos), com grau de prioridade <u>ALTA</u>, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda (fls. 02-19).

O presente caderno licitatório encontra-se atualmente instruído com os seguintes documentos, para subsidiar à presente análise jurídica consultiva da fase interna:

- Documento de formalização de demanda (fls.02-19);
- Certidão de adoção ao modelo DFD (fls.20);
- Estudo Técnico Preliminar (fls.21-39);
- Certidão de adoção ao modelo de ETP (fls. 040);
- Orçamentos (fls.41-50);
- Cotação e Planilha (fls.51);
- Certidão de Fé Pública (fls. 52);
- Termo de Referência (fls.53-87);
- Certidão de adoção de modelo TR (fl.88);
- Certidão de Atividades Materiais Acessórias Instrumentais Complement. (fls. 89);
- Minuta de Edital de Pregão e Contrato com os anexos (fls. 90-151);
- Certidão de Adoção de Modelo de Minuta de Edital (fl.152);
- Certidão de Despesa Ordinária (fl.153);







- Oficio 196/2025 Exmo. Sr. Prefeito, indicando Fonte Recursos (fls.154);
- Portaria 321/2025, designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio (fl.155);
- Lista de Verificação da Regularidade Processual (fls.156-161);

Por razões de economia processual, documentos não mencionados anteriormente serão devidamente referenciados ao longo do parecer jurídico caso haja necessidade. Em síntese, este é o relatório preliminar do *Parecer Jurídico Inicial*.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO.

Dos limites da análise jurídica.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme diz o art. 53, §4.º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa maneira, não há uma determinação legal para impor uma fiscalização posterior de cumprimento das recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador optar por não atender as orientações do Órgão Consultivo, deverá justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, isto em face do princípio da motivação dos atos administrativos.

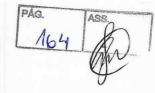
Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Ressalte-se ainda que o exame aqui empreendido se restringe unicamente aos aspectos jurídicos do procedimento licitatório, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, econômica e financeira, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, preço, valores econômicos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a *Autoridade Competente* juntamente com a secretaria demandante, se municiará dos conhecimentos técnicos específicos e imprescindíveis para a adequação da presente contratação às necessidades da Administração Pública Municipal.







Feita esta ressalva, passa-se então à análise estritamente jurídica do presente procedimento licitatório *Pregão Eletrônico*.

Da previsão da contratação no Plano de Contratação Anual.

O Plano de Contratações Anual (PCA), é um documento de governança que consolida e auxilia nas compras e contratações futuras de um órgão público. É uma ferramenta obrigatória sob os dogmas trazidos pela nova lei de licitações, que visa racionalizar os processos licitatórios, e ajuda a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e aumentar a transparência das contratações. Vejamos o art.12 da Lei Federal nº 14.133 de 2021:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (...)

Conforme consta no tópico nº 02 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls.21-39), por indicação do chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 37 do Decreto Municipal n.º 031, de 24 de março de 2023, com a redação dada pelo Decreto Municipal n.º 242, de 22 de dezembro de 2023, e alteração dada pelo Decreto municipal 215 de 06 de dezembro de 2024, o Plano de Contratações Anual (PCA) está dispensado para o exercício de 2024 e 2025.

Da utilização do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação.

Nota-se através da demanda estabelecida nos autos, que o *Pregão Eletrônico* é a modalidade de licitação escolhida mais adequada para a tramitação deste certame, pois conforme a classificação do *Objeto* no tópico nº 04 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls. 07-15) trata-se de uma contratação de *Serviço Comum Não Continuado Não Plurianual* tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme preconiza o art. 6º, XIII, e art. 29, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:







(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

 (\ldots)

Destaque-se, portanto, que, trata-se de <u>serviço comum</u>, e que fazendo uma análise conjunta dos dispositivos citados com o art. 6°, XIII da Lei nº 14.133 de 2021, é possível licitar o presente *Objeto* sob o critério de julgamento *Menor Preço* ou *Maior Desconto*, através da modalidade de *Pregão*, e que no presente certame o critério adotado pela administração Pública Municipal foi o de <u>Menor Preço</u>.

Do Sistema de Registro de Preços (S.R.P.).

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento administrativo utilizado pela Administração Pública para na atualidade, junto à possíveis fornecedores, registrar preços de bens e serviços, visando possíveis contratações futuras, a depender da demanda que surgir.

Conforme preconiza o art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023, o Sistema de Registro de Preços - SRP – será adotado, preferencialmente:

- I Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa:
- III Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em análise, verifica-se que a Administração Pública Municipal justificou de forma clara, no tópico nº 13 do Estudo Técnico Preliminar (fls.21-39), pois "(...) que a referida decoração será usada em uma única etapa, com a quantidade exata também já predefinida"







III - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

Documentos necessários para o planejamento de uma Contratação Pública.

De acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, também conhecida atualmente como a nova lei de licitações, a Administração Pública deverá produzir alguns principais documentos antes de efetivar a contratação do objeto, ou seja, ainda durante a *Fase de Planejamento da Contratação*, sendo os documentos:

- a) Documento para Formalização da Demanda;
- b) Estudo Técnico Preliminar;
- c) Mapa (s) de Risco;
- d) Termo de Referência.

Dito isso, percebe-se que tais documentos foram respectivamente juntados ao caderno licitatório, com exceção do (s) mapa (s) de risco, porquanto dispensada a análise de riscos nos termos do art. 7°, § 7° IV, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e conforme demonstrado no tópico nº 09 do *Documento de Formalização de Demanda* (fls. 02-19), esclarecendo ser o objeto contratado de "baixa complexidade".

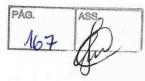
Documento de Formalização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar.

Da análise do *Documento de Formalização da Demanda* (fls. 02-19), percebe-se que foram contemplados os conteúdos do art. 6° do Decreto Municipal n° 031, de 2023, especialmente expondo no *tópico* n° 02 a justificativa da necessidade da contratação, e no *tópico* n° 03, a descrição sucinta do *Objeto* a ser contratado, visando atender a real necessidade da Administração Pública.

Em relação ao *Estudo Técnico Preliminar* (fls.21-39) a Lei Federal nº 14.133, de 2021 traz no seu art. 18, I, e §1º, e combinado com o art. 7º do Decreto Municipal nº 031 de 2023, ambos estabelecem que a Administração Pública deverá elaborar um *Estudo Técnico Preliminar* antes de efetivar a contratação, visando a viabilidade da contratação pública pretendida.







Tal documento também foi definido pela legislação, como primeira parte da etapa do planejamento de uma contratação pública, que caracteriza de um modo geral o interesse público envolvido, demonstrando o problema a ser resolvido e a melhor solução para a demanda. Caso, ao final do estudo técnico, haja conclusão pela viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, o *Estudo Técnico Preliminar* deverá fundamentar o *Termo de Referência*, conforme preconiza o art. 6°, XX, da Lei nº 14.133, Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XX - Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

A área técnica específica deverá analisar e certificar-se de que o estudo técnico preliminar traz os conteúdos previstos no art. 7º, do Decreto municipal nº 031, de 2023. Destaque-se ainda, que em especial, o art. 7º, §1º, do Decreto nº 031, de 2023 estabelece que os estudos preliminares, obrigatoriamente, deverão conter:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis para a contratação, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada, quando couber, dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

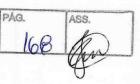
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;







X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Em uma eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos no art. 7°, do Decreto n° 031, de 2023, a Administração Pública deverá justificar no próprio documento licitatório. No caso em análise, verifica-se que a Administração Pública Municipal juntou o *Estudo Técnico Preliminar*, e percebe-se que o referido documento contém, em geral, os elementos exigidos pela legislação e também pelo Decreto municipal n° 031, de 2023.

Gerenciamento de Riscos.

Cabe pontuar neste tópico, que "<u>Mapa de Riscos</u>" não se confunde com "<u>Cláusula de Matriz de Risco</u>", a qual será tratada quando da minuta de contrato e é considerada como a caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em que se aloca, de forma prévia e acertada, a responsabilidade das partes por possível ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

Um mapa de riscos é uma representação dos riscos existentes em um ambiente de trabalho, com o objetivo de identificar, localizar e avaliar e mitigar os perigos que podem afetar o bom desempenho do processo. É uma ferramenta visual que auxilia na prevenção de sinistros, buscando minimizar os efeitos maléficos e promover um ambiente mais seguro.

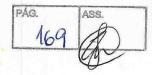
Diante disso, verifica-se que a análise foi dispensada, conforme demonstrado no tópico nº 09 do *Documento de Formalização de Demanda* (fls. 02-19), conforme já estudado anteriormente.

Termo de Referência.

Inicialmente, cumpre lembrar que é recomendável a utilização do modelo de *Termo de Referência* disponibilizado pela Procuradoria Jurídica, a fim de garantir o conteúdo mínimo







necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise jurídica-consultiva, conforme trata o art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

IV - Instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

Assim, recomenda-se, que eventuais alterações realizadas no modelo padronizado de *Termo de Referência* sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo conforme trata o art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, afim de facilitar a análise consultiva.

Posto isso, o art. 6°, XXIII, da Lei n° 14.133, de 2021, define o *Termo de Referência* como documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

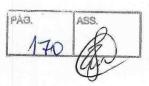
g) critérios de medição e de pagamento;

- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária.







Em se tratando de compras, a análise deve levar em consideração o art. 40, § 1°, da Lei n° 14.133, de 2021, que também dispõe que o *Termo de Referência* deverá conter, além dos elementos previstos acima, as seguintes informações:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

()

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)

Insta mencionar que, para uma especificação mais assertiva do objeto, da existência e aplicação do *Catálogo Eletrônico*, e que a não utilização do catálogo eletrônico de padronização é uma situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação quando for o caso, conforme trata o art. 6°, LI, c/c art. 19, II, e § 2°, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

LI - catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação;

Apenas para registro formal, destacamos também que foi fixado na minuta de edital de publicação, o preço unitário máximo de cada item, e o valor máximo do certame, conforme trata o art. 6°, XXIII, "i", art. 23, § 1°, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

(...)

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;







Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o *Termo de Referência* (fls. 53-87) contemplou, em geral, as exigências contidas na legislação acima citada, e que foi utilizado o catálogo eletrônico de material sob *CATSERV*, conforme as especificações descritas no *tópico nº 03* do *Documento de Formalização de Demanda* (fls.02-19).

Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas.

Como vem se consolidando ao longo do tempo, a justificativa da necessidade da contratação pública constitui uma questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, não deve esta *Procuradoria Jurídica Municipal* se pronunciar conclusivamente acerca do *Mérito* (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e tampouco a respeito das opções e escolhas feitas pelo administrador e gestor dos recursos financeiros, exceto na hipótese de clara afronta aos preceitos legais, o que não nos parece ser o caso desta contratação pública.

Inobstante, observe-se conforme a legislação, que são vedadas especificações de objeto em edital que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização conforme o art. 9°, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

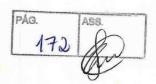
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações do objeto correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração Pública Municipal.

Ainda sobre esse tema, vale destacar que, caso as especificações somente possam ser atendidas por uma quantidade de fornecedores considerada restrita, deverá ser avaliada a pertinência de retirar ou flexibilizar tais requisitos, de modo que se possa manter apenas aqueles requisitos considerados indispensáveis para a solução do problema, preservando assim a caráter competitivo do certame licitatório.







Parcelamento da contratação e a regra geral da adjudicação por Itens.

Outro ponto relevante diz respeito ao princípio do *Parcelamento do Objeto* a ser contratado em licitações públicas. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é de se realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso de contratação de compras, para a aplicação do *Princípio do Parcelamento*, deverão ser considerados alguns quesitos, conforme consta no artigo 40, inciso V, alínea "b", parágrafo § 2°, Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - Atendimento aos princípios:

B - Do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

ÎII - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ademais, a legislação atual também preconiza situações de não aplicabilidade, em que o *Princípio Parcelamento* não será adotado quando, nos termos do art. 40, § 3°, Lei n° 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.







Dito isso, verifica-se que o instrumento convocatório prevê a adjudicação do objeto composto por um Lote contendo (23) itens, em apenas um <u>GRUPO ÚNICO</u>, sendo ele, "empresa especializada para locação de peças (...) de <u>decoração natalina</u> em espaços públicos...", conforme consta a especificação de cada item contida no tópico nº 01 do Documento de Formalização de Demanda (fls.02-19).

Critérios e práticas de Sustentabilidade nas contratações.

Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade, a legislação trata no art. 5°; artigo 11, inciso IV; art. 18 §1° inc. XII e §2°, todos da Lei nº 14.133/2021, que deverão ser tomados alguns cuidados gerais no que diz respeito ao princípio do *Desenvolvimento Nacional Sustentável*, inclusive por meio da priorização de aquisições de produtos reciclados e/ou recicláveis, nesse sentido, também trata o art. 7°, XI, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(...)

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

Assim, quando necessário, as especificações devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração Pública Municipal na medida do possível formular as exigências de modo a não frustrar a competitividade do certame. Se a Administração Pública entender que os bens e serviços se sujeitam aos critérios de sustentabilidade, ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração Pública Municipal, tratou do referido assunto, no tópico nº 012 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls.21-39) onde especifica que: *Não há impactos ambientais consequentes da contratação do serviço de decoração* (...)".

Tal análise ambiental, demonstra ser de cunho eminentemente técnico, pois, compete a unidade requisitante, bem como a empresa contratada, demonstrar tal segmento, não cabendo assim ao parecerista jurídico do município, realizar juízo de valor acerca da existência, ou não,







de impactos ambientais a serem tratados na contratação destes <u>Serviço Comum Não Continuado</u> Não Plurianual.

Dos Orçamentos da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de Planilhas.

Quanto aos orçamentos, é dever da Administração Pública, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e dos preços unitários e do preço total da contratação, conforme preconiza o art. 6°, XXIII, alínea "i", já citado anteriormente, e no art. 18, IV, e § 1°, VI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

 IV - O orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

 (\ldots)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

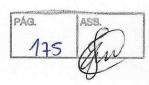
VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; (...).

Partindo da premissa de que a Administração Pública Municipal utiliza a natureza estritamente técnica na coleta de informações e na elaboração dos seus orçamentos e planilhas, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual, deixará de ser examinada por esse órgão jurídico consultivo, ressalta-se, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com o que preconiza o *Decreto Municipal* n.º 036, de 2023. Vejamos:

Art. 1º - No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados, sempre que possível, de forma combinada:







- I A composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços oficiais para objetos em geral, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II Os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- ${f V}$ A pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná; e
- VI Os preços de tabelas oficiais. (...)

Verifica-se nos autos que se trata de um certame com um <u>LOTE ÚNICO</u>, composto por 23 itens, e que foi utilizado pesquisas para aferição de valores a serem contratados, assim foi estimado os valores dos respectivos 23 itens no *Documento de Formação de Demanda* (fls.02-19), e o custo total da contratação no tópico nº 10 do *Termo de Referência* (fls.53-87).

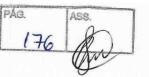
Orienta-se, contudo, que nas licitações futuras, se procure ampliar e diversificar as fontes de pesquisa de preços, na forma do que trata o *Decreto Municipal n.º 036, de 2023*, de maneira a se criar uma cesta de preços ideais, bem como um banco de dados para colaborar com as futuras aquisições.

Designação formal do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

Tal exigência foi atendida, pois houve juntada, à fl. nº 155, um documento tipo *Portaria* nº 321, datado de 17 de abril de 2025, que comprova a designação do *Pregoeiro* e também da *Equipe de Apoio*, conforme trata o Decreto Municipal nº 032, de 2023, e também no art. 8º, §1º e §5º, da Lei nº 14.133/2021.







Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

(...)

 $\S \ 5^o$ Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Assim, o agente de contratação é a pessoa responsável por conduzir o certame de aquisição, no caso de a modalidade empregada ser o Pregão Eletrônico, os itens são anunciados mediante publicação de edital, e o profissional atua recebendo e analisando as ofertas. Na administração pública, o pregoeiro é um servidor que atua garantindo que todas as etapas sejam realizadas corretamente e dentro da legislação.

Da participação de ME, EPP e Cooperativas.

O Decreto Municipal nº 162 de 4 de dezembro de 2015, prevê um tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

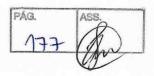
O art. 6º do referido Decreto Municipal estabelece que, nos *itens* ou *lotes* de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às *Microempresas* e *Empresas de Pequeno Porte*, nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação do dispositivo.

Por outro lado, prevê o art. 8º do mesmo Decreto que, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os *Itens* ou *Lotes* de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento (25%) do *Objeto* para a contratação de *Microempresas* e *Empresas de Pequeno Porte*. Os órgãos e entidades contratantes poderão ainda deixar de observar estas cotas reservadas quando justificar a existência de prejuízo para a contratação do conjunto ou do complexo do objeto.

Há, ainda, uma previsão *facultativa* de estabelecimento nos instrumentos convocatórios, no que diz respeito ao tratamento diferenciado:







- De exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 162, de 2015;
- De prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9°, II, do Decreto nº 162, de 2015.

Por fim, os tratamentos diferenciados serão afastados do certame quando ocorrer alguma das situações previstas no art. 10 do Decreto nº 162, de 2015, o que requer a devida justificativa. Dispõe assim referido artigo:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Diante disso, verifica-se que a estimativa do valor do SERVIÇO de (locação de decoração natalina), da atual contratação pública, ultrapassa os referidos R\$80.000,00 (oitenta mil reais), assim, o certame deve ficar destinado a <u>AMPLA</u> concorrência, mas que caso ocorra a participação de <u>Microempresas</u> e <u>Empresas de Pequeno Porte</u>, deverá ser assegurado as prerrogativas conforme previsão constante na <u>Lei Complementar Federal 123 de 2006</u>; na <u>Lei Complementar Municipal nº 012 de 2009</u>; do <u>Decreto Municipal 162/2015</u> e no tópico nº 2.5 do edital.

Das Minutas Padronizadas.

Recomenda-se a utilização das minutas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica Municipal, conforme trata o art. 19, IV, e § 2°, c/c art. 25, § 1°, da Lei n° 14.133/2021, bem como, quando ocorrer alterações realizadas nos modelos, que sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo licitatório, conforme trata o art. 19, § 2°, da Lei n° 14.133/2021. A padronização de modelos de editais e contratos é uma medida adotada para alcançar a eficiência e celeridade administrativa.







Assim, a utilização da minuta-padrão disponibilizada pela Procuradoria Jurídica, no presente caso, ao mesmo tempo em que se revela ser uma medida de eficiência, acaba por facilitar a análise jurídica a ser elaborada, tornando-se desarrazoada uma revisão e a análise minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização.

Os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de *Edital* são aqueles previstos no art. 25, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, com as devidas adaptações às especificidades de cada contratação. Já a minuta do *Instrumento Contratual*, deverá observar as disposições do art. 92 do mesmo diploma legal.

No caso, verifica-se que até o momento, a Administração Pública Municipal utilizou os modelos das minutas disponibilizado pela Procuradoria Jurídica Municipal, conforme exprime as certidões, Documento de Formalização de Demanda (fls.20); Estudo Técnico Preliminar (fls. 40), Termo de Referência (fls. 88), Edital de Pregão e Contrato (fls. 152).

Da disponibilidade orçamentária.

No presente caso, em atenção ao art. 6°, XXIII, "j" (*leia-se: Adequação Orçamentária*), c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, consta à fl. nº 154, um *Ofício* sob nº 196-2025 elaborado pelo setor competente, informando a acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

Alerta-se, ainda, para caso haja a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo ou do instrumento equivalente, a *nota de empenho* suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Necessário destacar também, que o atendimento ao art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente será necessário se as despesas que amparam a ação orçamentária em apreço não forem qualificáveis como atividades, mas, sim, como projetos, isto é, se não constituírem despesas rotineiras, como estabelece a Orientação Normativa AGU nº 52/2014 ("As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e







destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000").

- **Art. 15.** Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.
- Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
- I Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
 (...)

Neste sentido, registra-se que consta da fl. nº 153, uma *Certidão* informando que a contratação pretendida se trata de uma *Despesa Administrativa Ordinária*, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da publicação do Edital e da Lei de acesso à informação.

Conforme art. 54, *caput* e §1°, c/c art. 94 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a *divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação* e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, bem como, em Jornal de grande circulação.

No caso, por se tratar de contratação de SERVIÇOS, deve ser observado o prazo mínimo de (10) dez dias úteis, entre a data da última divulgação do edital de licitação, e a abertura da sessão de apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de Menor Preço ou de maior desconto, conforme consta no art. 55, II, "a", Lei nº 14.133/2021.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

- II No caso de serviços e obras:
- a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

(...)







Destaca-se também, que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3°, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

(...)

§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

(...)

Registra-se, entretanto, que por força do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, elaborado nos termos do que faculta o art. 176, III, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por ora. Enquanto não adotado expressamente o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), as providências que demandarem divulgação por tal meio, previstas nos Decretos municipais que regulamentam a Lei n.º 14.133/2023, em especial o Decreto Municipal n.º 032, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 033, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 035, de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal n.º 040 de 24 de março de 2023, deverão ser efetivadas na forma do parágrafo único do artigo primeiro do Decreto Municipal n.º 175, de 2023. Confirase:

Art. 1º Nos termos que faculta o art. 176, III, da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, deixa-se de adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo único. Enquanto não adotado o PNCP, a Administração Direta, autárquica e fundacional do Município de Mercedes, deverá:

I - publicar, em diário oficial eletrônico, as informações que a Lei n.º 14.133/2023 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - Disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.







Ademais, de acordo com a *Lei Estadual n.º 19.581, de 04 de julho de 2018*, e com o Acórdão n.º 2210/22 – Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deverá ser disponibilizada a *integra* do processo licitatório, em tempo real, no site oficial do Município.

IV - CONCLUSÃO.

Em face de todos os documentos demonstrados, manifesta-se esta Procuradoria Jurídica Municipal pela aparente <u>REGULARIDADE JURÍDICA</u> do atual procedimento licitatório submetido ao exame desta unidade consultiva, ressalvado o juízo de <u>mérito</u> da Administração Pública Municipal e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão consultivo.

É o *Parecer Jurídico Inicial*, passível de ser censurado ou deliberado por outro entendimento que, devidamente fundamentado no ordenamento jurídico vigente, comprove ou ao menos demonstre um melhor resguardo aos interesses do Município de Mercedes -PR.

Mercedes-PR, 14 de outubro de 2025.

Rodrigo Adolfo Peruzzo
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/PR 126260





Parecer n.º 138/2025

Mercedes, 21 de outubro de 2025.

Ilmo. Sr. Secretário de Planejamento, Administração e Finanças,

Considerando as informações apresentadas por Vossa Senhoria, **AUTORIZO** o Processo Licitatório nº 201/2025, na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA n.º 107/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR.

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

LAERTON

Assinado de forma digital por LAERTON WEBER:04530421988

WEBER:04530421988

Dados: 2025.10.21 14:42:39

-03'00'

Laerton Weber

PREFEITO

DE: LAERTON WEBER - Prefeito

PARA: EDSON KNAUL - Secretário de Planej. Adm. e Finanças





Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

PREGÃO ELETRÔNICO 107/2025

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR (UASG: 985531)

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 197.065,03 (cento e noventa e sete mil, sessenta e cinco reais e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 11/11/2025 às 08h (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por GRUPO

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Pag.

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR UASG: 985531 EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 107/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MERCEDES, Estado do Paraná, sediado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, centro, CEP 85.998-000, na Cidade de Mercedes–PR, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 321/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11 de novembro de 2025.

Horário: 08h00min (oito horas).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br

Modo de disputa: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo instalação/montagem, desmontagem, manutenção e transporte), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação é composta por 01 (um) GRUPO, conforme tabela constante do Termo de

Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.
- Não poderão disputar esta licitação:
 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados:
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, 2.6.6. de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do 2.6.7. edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 12 do Termo de Referência:
 - 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9° da Lei n° 14.133, de 2021.
- O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Pag.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.13.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Pag.

reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>Lei Complementar nº 123, de</u> 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções

previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de



Pag.

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

controle externo e interno.

- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. valor unitário por item;
- 4.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
 - 4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substitui-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal PIS, COFINS e CSLL não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.
- 4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições

Pag. 189





Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60** (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas;

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

- 4.9.4. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações CBO.
- 4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 4.13. Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/10/2025.
- 4.14. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

licitantes.

- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Pag.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23 www.mercedes.pr.gov.br

Página | 10



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega

ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

- 5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

- 5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.
- 5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no <u>art. 14 da Lei nº 14.133/2021</u>, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.1.1. SICAF;



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU; e
- 6.1.6. Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
 - 6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
 - 6.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];
 - 6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

licitante/contratado.

- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.8.1. contiver vícios insanáveis:
 - 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração:
 - 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa

Página | 14

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.20. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de xxx (....) dias úteis da data estabelecia para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

6.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

6.22. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

6.23. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

6.24. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

6.25. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

6.26. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizála, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

6.27. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

6.28. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

6.29. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.30. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

6.31. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, com a servidora Vanessa, através do fone (45) 3256-8039, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4°, §1°, e art. 6°, §4°).

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal nº 162/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no <u>art. 165 da</u> Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php ou, ainda, presencialmente, no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.
- 8.11. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuada a adjudicação e homologação do certame e assinada a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato <u>OU</u> aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.11.1. O prazo constante do subitem 8.11 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a

Estado do Paraná

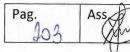
Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na <u>Lei nº 14.133, de 2021,</u> e no Decreto Municipal n.º 046, de 24 de março de 2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa:
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. As infrações relativas a fase de execução contratual, respectivas sanções e procedimento sancionador, constam da minuta do instrumento contratual, anexo deste Edital.

9.16. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração, seja na fase da licitação, seja na fase de execução contratual, poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

9.17. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

9.18. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

9.19. É responsabilidade do licitante/contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

9.20. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico https://www.mercedes.pr.gov.br/.

11.10.1. Por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2° do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.2. ANEXO II – Modelo Declaração Dispensa Vistoria;

11.11.3. ANEXO III – Modelo Declaração Responsabilidade Técnica;

11.11.4. ANEXO IV - Modelo Declaração de Obrigações;

11.11.5. ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar;

11.11.6. ANEXO VI – Documento de Formalização de Demanda;

11.11.7. ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato;

Município de Mercedes - PR, 21 de outubro de 2025.

LAERTON

Assinado de forma digital por LAERTON WEBER:04530421988 WEBER:04530421988 Dados: 2025.10.21 14:47:55

Laerton Weber PREFEITO



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MERCEDES (Processo Administrativo nº.....)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
01	SINO TRIPLO ILUMINADO Tamanho – Altura 1,55 x 2,05m largura Figura luminosa bidimensional com desenho de três sinos com badalo e três linhas verticais internas. Produzido em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira de LED na cor branco morno na área total da figura. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	2	3.310,00	6.620,00
02	CAIXA DE CASCATA DE LED Tamanho - Altura 0,75 x 10,00m comprimento. Cascata com 400 microlâmpadas de led, fixo, na cor branco morno. Blindado para uso em área externa.	17485	und	16	331,67	5.306,72







Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	(imagem ilustrativa a seguir).					
	GUIRLANDA GIGANTE EM					
	FESTÃO		3-1-			
	Tamanho – Altura 2,00 x 2,00m					
	diâmetro Guirlanda em estrutura metálica					
	circular dupla, com 0,50 cm entre					
	os círculos, 2m de diâmetro,			- 1		P 1 7
	recoberta em festão aramado					
	verde, com 01 laço em veludo					
	vermelho de 80 cm, cordão de led		-			
03	pisca de extensão em 220 volts e	17485	und	2	4.633,33	9.266,66
	bolas plásticas nas cores e					11:30
	tamanhos diversos. (imagem ilustrativa a seguir).					
	FAIXA EM FIBRA FELIZ					
	NATAL					
	Tamanho –Altura 0,75cm x 5,20m largura					11-15
	Peça com formato de flâmula	- 1				11 664
04	gigante, tridimensional,	17485	und	1	4.840,00	4.840,00
	confeccionada inteiramente em					
	fibra de vidro, com as bordas					
	laterais em volumes salientes			1 . 3		i i
	como dobras de tecidos, com					Ero.
	acabamento em ponta dando					





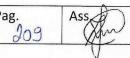
Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	movimento à peça. Seu vão central entre as dobras contém os dizeres: "Feliz Natal" com 2,40m de comprimento e as maiúsculas vazando para fora da peça, confeccionado em mangueira luminosa incandescente, na cor cristal. Pintura artística na cor vermelha e contorno dourado. Aplicação de mangueira luminosa em LED nas bordas. Estruturada com metal zincado e proteção anticorrosiva no seu verso para fixação. Face única. Tensão 220w. (imagem ilustrativa a seguir).					
05	CAIXA DE CORDÃO DE LED BLINDADO Tamanho 10,00m comprimento Conjunto na cor branco morno. Cordões de LED, 220v, medindo 10 mts de comprimento, com 100 lâmpadas,3 fios de 2mm e lâmpada de 5mm, blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	10	218,33	2.183,30
06	RENA EM MANGUEIRA LUMINOSA Tamanho – Altura 1,60 x 2,00m largura Figura luminosa tridimensional	17485	und	2	2.310,00	4.620,00

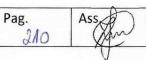




Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	com desenho em forma de rena com as patas dianteiras curvadas e as traseiras esticadas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno, pvc flexível extrudado de 13 mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).					
07	ÁRVORE CHUVA DE ESTRELAS Tamanho – Altura 4.50 x 3,10m diâmetro Árvore confeccionada em uma estrutura sextavada, com seis partes triangulares, em tubo de 20mm x 20mm x 18mm, zincado com tratamento anticorrosivo resistente a exposição e à intempérie. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno em pvc flexível extrusado, 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão de 220w. Desenho tema em metal com linhas retas e estrelas de cinco pontas. Decorada no topo com uma figura luminosa bidimensional com desenho de	17485	und	1	20.976,67	20.976,67







Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	uma estrela de 8 pontas, confeccionada em estrutura de barra chata de 3/8 x 1/8. Produzido em metal zincado e corda luminosa em led na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).					
08	BOTA ALCAÇUZ Tamanho – Altura 1,75 x 1,45m largura Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de bota do Noel, com bolas de natal e bengalas vermelhas saindo do cano. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. Uma bengala e uma bola com contorno na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	4	3.556,67	14.226,68
09	BOLA DE PASSAGEM	17485	und	1	32.320,00	32.320,00





Estado do Paraná

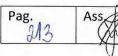
Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	ESTELAR					
	Tamanho – Alt 3,45 x 3.25m					
	diâmetro					
	Figura luminosa tridimensional em					
	formato de bola de natal,					
	estruturada em tubo 15 x 15 # 18,					
	zincado, com proteção					
	anticorrosiva resistente a					
	exposição prolongada em áreas					
	externas. Revestida em toda sua					
	área com cordões de LED					
	luminoso na cor vermelha.					
	Decorada com estrelas de 5 pontas					
	em diâmetros variados e as duas					
	aberturas para passagens de					
	pedestres confeccionadas em					
	mangueira luminosa de LED na					
	cor branco morno. A parte superior					
	é arrematada por uma canopla em					
	polietileno na cor dourada. Pintura					
	da estrutura na cor alumínio.					- 12-3-1-
	(imagem ilustrativa a seguir).					
	CONJUNTO DE TUBO					
	SNOWFALL					
	Tamanho – 0,50m altura					
10	Conjunto com 08 tubos cilíndrico	17485	und	5	171,67	858,35
	de luz em led, com efeito de neve					
- 1	caindo. (imagem ilustrativa a					
	seguir).					



Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
11	NOEL ESTRELA DE POLIETILENO NA MÃO Tamanho – Altura Noel 1,80 x 1,40 largura x 1,00m profundidade Peça tridimensional confeccionada em fibra de vidro, no formato de Papai Noel em pé, com a mão direita suspensa na altura do rosto, segurando 01 estrela de polietileno luminosa na cor branca de 0,50 cm, iluminadas internamente em cores variadas com fiação interna não visível. O braço esquerdo levemente curvado na altura do cinto. Pés paralelos. Finalização em pintura artística com sombreamento e volumes. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	4.870,00	4.870,00





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
12	PIRULITO COM ESTRELA EM POLIETILENO LUMINOSO Altura 1,20m X 0,50cm diâmetro x 0,38cm profundidade Estrela com cinco pontas, tridimensional, confeccionada em polietileno micronizado e pigmentado. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm em bocal de porcelana. Peça com visual dia e luminosa à noite. Cor branca. Fixação no chão através de uma barra de ferro redonda 3\8, com 1,20m altura. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	6	965,00	5.790,00
	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM					
	POLIETILENO					
13	Tamanho G - Altura 1,15 x 0,95 largura x 09,5m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4	17485	und	1	4.283,33	4.283,33

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23







Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).					
14	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	3.833,33	3.833,33
15	CAIXA DE PRESENTE	17485	Und	1	3.833,33	3.833,33



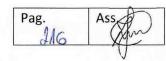




Estado do Paraná

tem	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	LUMINOSA POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).					
16	BOLA LUMINOSA COLORIDA Tamanho – 0,90cm diâmetro Peça tridimensional. Bola natalina confeccionada em polietileno micronizado e pigmentado. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Canopla de fechamento em polietileno pigmentado na cor cinza, com alça em ferro curvo para fixação. Peça com visual dia e luminosa à noite. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	1.550,00	1.550,00





Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	Ø voen					
	MEIO ARCO COM					
	ESTRELAS.					
	Tamanho – Altura 3,00 x 2,00m					
	largura					
	Figura luminosa tridimensional				F 4 7 14	
	com desenho em forma de meio	1 17				
	arco, com estrelas e arabescos em					
	curvas no seu interior. Produzida					11.78
	em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas,					Fig. 1. (2)
	zincado, com proteção anticorrosiva resistente a					
	anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas					
	externas. Aplicação de mangueira					
	luminosa em LED na cor branco					1
17	morno, em pvc flexível extrudado	17485	und	2	3.350,00	6.700,00
17	de 13mm de diâmetro, com 36	17403	und	_	3.330,00	0.700,00
	micro lâmpadas por metro na					
	tensão 220v. (imagem ilustrativa a					
	seguir).					
	MAN AND AND AND AND AND AND AND AND AND A				- L	
	(OV)					
	(6)					
	R3.\\					
	6 ₹					
	LETREIRO COM O ANO					
18	Arco altura 2,80 x 5,00 largura x	17485	und	1	14.466,67	14.466,67
	0,25 profundidade					



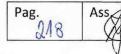
Pag. Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	Três números Caixa Alta 1,45 altura x 0,70 largura x 0,25 profundidade Produzido em estrutura metálica galvanizada com tubo de 15x14 e ferros chatos 3\8. Preenchidos com tela plástica e cobertura de cordão de led blindado. Contorno de mangueira luminosa em led na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).					
19	PIRULITO DE ESTRELA Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de pirulito com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	6	490,00	2.940,00
20	PRESÉPIO EM FIBRA COM 09 PEÇAS.	17485	und	1	33.833,33	33.833,33





Estado do Paraná

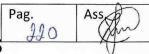
Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	Tamanho natural.					
	Peças em fibra de vidro,					
	tridimensionais, tamanho natural e					
	aparência realista.					
	Acabamento em pintura artística					
	com volume e sombreamento.					
	Hastes metálicas nas bases para					
	fixação.					
	Composto das seguintes figuras:					
	José:1,80 de altura, com uma mão					
	no peito e outra segurando o					
	cajado, vestimenta nas cores					
	amarelo queimado e marrom				1 2 1 2	
	castor.					
	Maria: 1,30 de altura, ajoelhada,					
	com duas as mãos postas em					
	oração sobre o peito e rosto					
	abaixado, vestimenta nas cores					
	azul e salmão e lenço branco na					
	cabeça.					
	Jesus na manjedoura: peça única					
	com 0,80cm de comprimento e					
	0,65 de largura com manjedoura na					
	textura de madeira e palha e tecido					
	por cima, nas cores marrom e					
	laranja com Jesus de fralda branca				1 Tu	
	e tons de pele com a mão direita					
	dobrada próxima a cabeça e a					
	esquerda dobrada sobre o ventre e					
	os pés cruzados.					
	Rei mago 1: 1,40m de altura,					
	ajoelhado, com as duas mãos					
	segurando a oferenda em forma de					
	baú, com vestes nas cores laranja,					
	verde e amarelo, barba longa cinza					
	e coroa dourada na cabeça.				- 1	
	Rei Mago 2: 1,80m de altura,					
	segurando a oferenda em forma de					
	caixa rústica com a mão direita					
	sobre a tampa e a esquerda			- 1		
	apoiando. Vestes nas cores					



Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
Item	vermelho claro, amarelo e azul. Com turbante e coroa na cabeça. Rei Mago 3: 1,80m de altura, segurando a oferenda em forma de urna com as duas mãos. Vestes nas cores amarelo e azul. Com turbante na cabeça e a cor da pele negra. Vaca: Im altura por 1,50m de comprimento, na posição deitada, com as duas patas dianteiras encolhidas, com chifres e nas cores cinza, marrom e preto. Burro: Im altura por 1,50m de comprimento, na posição deitado, com as duas patas dianteiras encolhidas, as traseiras dispostas lateralmente para a frente, nas cores cinza claro, branco e preto esfumados. Ovelha: 0,70 altura por 1,0m de comprimento, na posição deitada, com as duas patas dianteiras encolhidas, cabeça erguida, patas traseiras dispostas lateralmente para a frente, corpo texturizado para parecer lã, nas cores branco, cinza claro e preto.	Catserv	Und.	Qta.	R\$ Unit.	R\$ Total
21	PIRULITO DE ESTRELA COM TRAMA DE LED AZUL Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura. Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de haste com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção	17485	und	6	590,00	3.540,00





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno e trama de led na cor azul no interior da estrela. (imagem ilustrativa a seguir).					
22	FELIZ NATAL COM DESENHO DE FLÂMULA Tamanho – Altura 0,95 x 3,90m largura. Figura luminosa bidimensional com formato de desenho em linhas retas e curvas em forma de flâmula, com as duas pontas bifurcadas e a inscrição de Feliz Natal em letras duplas no seu interior. Produzido em ferro zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em led na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	4.680,00	4.680,00
23	ARABESCO SINO Tamanho – Altura 2,00 x 1,00m	17485	und	2	2.763,33	5.526,66

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	largura. Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de 3 linhas curvas intercruzadas, e 1 estrela de 5 pontas em cada uma destas linhas. No centro desta figura um sino decorado com faixa e folha de formato ácer, produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	Catserv	Ond.	Ų.u.	RG Unit.	K5 I ttal
TOTAL						197.065,03

- 1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados do(a) data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Na(s) tabela(s) supra constam os preços unitários e totais máximos admitidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme



Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

decreto municipal 215/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os itens cotados devem, no ato da entrega da proposta, vir acompanhados de ficha técnica/catálogos/folders do objeto oferecido, para que não restem dúvidas quanto a especificação do produto oferecido.
- 4.2. O Município de Mercedes não se responsabiliza por nenhum dano causado por terceiros aos objetos ora locados, bem como nas situações de deterioração decorrente de caso fortuito ou força maior.
- 4.3. A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos objetos locados.
- 4.4. É de responsabilidade da contratada a manutenção do objeto da presente licitação no decorrer de todo o período de locação, sendo responsável inclusive por eventuais danos sofridos em decorrência das intempéries do tempo, devendo inclusive substituir o bem caso não atenda mais as exigências do presente edital, o que deverá ocorrer em até 48 horas após a notificação do Município, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- 4.5. O custo da operação em eventual reposição de objeto integrante da decoração é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.6. Caso a empresa não detenha peça para reposição no mesmo modelo do ornamento com defeito apresentado ficará a critério da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego a escolha de outro equipamento de qualidade igual ou superior que faça parte do acervo da contratada, ou efetuar o desconto no valor proporcional do objeto, ainda sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital. É vedada o fornecimento de qualquer produto, material ou serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 4.7. A Montagem da decoração deverá ser executada por conta da empresa contratada com acompanhamento e auxílio de uma equipe designada pelo Município de Mercedes.
- 4.8. Caso algum dos objetos do lote venha com algum defeito a contratada deverá repor imediatamente.
- 4.9. A contratada deverá disponibilizar uma equipe devidamente uniformizada, equipada com equipamentos de segurança para realizar os serviços.
- 4.10. Nas situações em que os materiais apresentarem falhas de fabricação, de transporte ou entrega, instalação ou demais fatores internos ou externos, deverão ser substituídos os produtos e seus acessórios com mão de obra inclusa sendo que todas as despesas serão por conta da contratada;
- 4.11. Será de responsabilidade da contratada o perfeito funcionamento do serviço de iluminação,

Estado do Paraná

ues

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025

Processo Licitatório nº 201/2025

durante todo o período nos locais determinados no termo de referência, ficarão iluminados.

4.12. Em caso de defeitos, queima de lâmpadas e qualquer outro tipo de defeito que o serviço porventura venha a apresentar no período de seu funcionamento a contratada terá prazo máximo de 12 horas, a contar da solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, para comparecer ao local e solucionar o problema.

4.13. Prestar o serviço contratado com zelo, garantindo a integridade da praça, monumentos, árvores e vegetação.

4.14. Dar destinação correta e sustentável aos materiais utilizados na ornamentação que não serão

reutilizados posteriormente.

- 4.15. A Contratada deverá manter plantão 24 (vinte e quatro) horas de assistência técnica durante o período de vigência do prazo de execução.
- 4.16. A critério da fiscalização do contrato, os serviços de montagem e desmontagem das estruturas e equipamentos poderão ser realizados em horário noturno ou em finais de semana, sem alteração dos prazos estabelecidos, como forma de não acarretar transtornos ao trânsito e à mobilidade urbana, bem como, melhorar as condições da empresa em executá-los.
- 4.17. A proponente vencedora deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), para todos os serviços executados.
- 4.18. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas deverão ser cumpridas na íntegra.
- 4.19. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da proponente vencedora.
- 4.20. Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações de trânsito.
- 4.21. Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto, bem como recolhimento de todos os tributos incidentes.
- 4.22. A proponente vencedora deverá fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- 4.23. A garantia de serviços prestados é prevista no Código de Defesa do Consumidor, que visa reparar um serviço que não foi entregue como se espera ou como foi planejado.
- 4.24. Todo material necessário para recuperação das peças natalinas, fica por conta da CONTRATADA.

Serviços de instalação da decoração:

4.25. A empresa CONTRATADA só poderá fornecer os produtos após emissão de Ordem de Compra, devendo a empresa atendê-la no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após ter dado

Página | 41



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ciência à solicitação;

4.26. Todos os enfeites natalinos, após revisados e reparados pela CONTRATADA, com a aplicação dos materiais constantes na relação de itens de materiais, deverão ser instalados nas dependências do paço municipal, localizado na Rua Doutor Osvaldo Cruz, 555 e também no portal de entrada do município, margens da BR 163, sentido Avenida Mário Totta.

4.27. A instalação deverá ser realizada, conforme layout ou distribuição de enfeites definidos pelo Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, e ocorrerá nos gramados, calçadas, pisos, árvores, postes, e mediante a instalação de portais, que devem ser verificados pela CONTRATADA, tendo em vista a necessidade da fixação de todos os itens de decoração com parafusos, estacas de ferro (espeques) evitando a queda e possíveis danos aos visitantes e a estrutura.

4.28. A Contratada deverá utilizar e aplicar os materiais elétricos, procedendo as instalações na rede e padrões existentes nos locais, verificando sua capacidade, para que suporte toda a instalação sem riscos de sobrecarga e queda de energia.

4.29. Todas as instalações deverão seguir rígidos padrões, no que se refere a instalação elétrica, de forma a evitar degradação ou queima de enfeites, evitando riscos que possam provocar choque elétricos aos visitantes das praças, finalizando os serviços de instalação com isolamento de todos os terminais e conexões.

4.30. A decoração deverá estar devidamente instalada, isolada e testada, observando o cronograma de datas constantes no presente ETP.

4.31. Todo material necessário para instalação e fixação das peças natalinas fica por conta da CONTRATADA.

4.32. Todos os serviços deverão ser executados pela empresa Contratada, através de seus técnicos e funcionários, sendo vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

4.33. Todos os trabalhadores envolvidos na execução deverão estar formalmente vinculados a empresa contratada, atendendo a legislação trabalhista.

4.34. Todos os trabalhadores, durante a execução dos serviços deverão utilizar-se dos EPI's necessários conforme legislação.

Serviço de manutenção da decoração:

4.35. Toda a estrutura de decoração deverá ser mantida em funcionamento durante todo o período em que ficarem expostas nos locais solicitados.

4.36. Assim compete a Contratada a constante manutenção da decoração, com a seguinte rotina diária:

4.37. Verificação da ligação dos enfeites que não estão ligando e apresentem quaisquer defeitos sejam elétricos e/ou de fixação (entortarem, etc).

4.38. Realizar teste nas estruturas metálicas se não apresentam choque elétrico.

4.39. Verificar as chaves e disjuntores, emendas e ligações dos cabos, verificando possíveis problemas que necessitem manutenção ou mesmo aquecimentos de sobrecarga.

4.40. Reinstalar a decoração ou partes da decoração que tenham sido vandalizadas, arrancadas, ou danificadas pela ação do clima (ventos ou chuvas).

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Serviço de desinstalação da decoração:

4.41. Após transcorrido o período natalino, e conforme programação, a decoração deve ser desinstalada e transportada pela contratada até o seu local de deposito, na data de 06/01/2026.

Da responsabilidade e ART de execução:

4.42. A Contratada deverá executar os serviços, acompanhado de profissional responsável técnico, com vínculo de responsabilidade técnica pela empresa junto ao CREA/CAU/CFT, com emissão de ART de Execução dos serviços.

4.43. Fica exclusivamente a cargo da Contratada, a responsabilidade pela decoração instalada, sendo de sua exclusiva responsabilidade quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros por sua culpa ou dolo.

4.44. É de exclusiva responsabilidade da Contratada, acidentes de choques elétricos provenientes da decoração instalada, ou mesmo de danos causado a terceiros, decorrente curtos causados na rede

elétrica durante a instalação da decoração, período exposto e desinstalação da decoração.

4.45. É de exclusiva responsabilidade da Contratada, acidentes de choques elétricos provenientes da decoração instalada, ou mesmo de danos causado a terceiros, decorrente curtos causados na rede

elétrica durante a instalação da decoração, período exposto e desinstalação da decoração.

Dos Equipamentos necessários:

4.46. Considerando a instalação em altura, os serviços da contratada deverão ser realizados por trabalhadores utilizando-se de equipamentos de segurança, ferramentas adequadas, sendo necessário inclusive caminhão com dispositivo (munck, cesto) para transporte, içamento, e instalação da decoração.

4.47. A CONTRATADA deverá cumprir na execução do contrato firmado, os dispostos previstos pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que versa sobre as Normas Regulamentadoras – NR, decorrentes das atividades realizadas pela mesma e referentes a Segurança e Medicina Ocupacional.

Subcontratação

4.48. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.49. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.50. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, da



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, até um dia útil antes da data de realização do processo licitatório.

- 4.51. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.52. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.53. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.54. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 5.1.1. Início da execução do objeto: A empresa CONTRATADA só poderá fornecer os produtos após emissão de Ordem de Compra, devendo a empresa atendê-la no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** após ter dado ciência à solicitação;
 - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 - 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: O serviço de montagem e desmontagem deverá ser feito de acordo com a solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, sendo que o prazo máximo para término da montagem será em até 10 (dez) dias, a contar da emissão da ordem de serviço, e desmontagem após o dia 06/01/2026.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Paço Municipal, localizado na Rua Doutor Osvaldo Cruz, 555 e também no portal de entrada do município, margens da BR 163, sentido Avenida Mário Totta.
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir os prazos estabelecidos.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
 - 5.4.1. É de responsabilidade da Contratada fornecer todos os itens e materiais para a execução dos serviços de decoração natalina, de acordo com o descrito nos requisitos de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

contratação.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1°, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido <u>na Lei nº 8.078, de 11 de</u> setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de instalação da decoração natalina.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

- 6.11. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.12. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
 - 6.12.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
 - 6.12.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento:
 - 6.12.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
 - 6.12.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestarse a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras:
 - 6.12.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
 - 6.12.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
 - 6.12.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
 - 6.12.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
 - 6.12.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
 - 6.12.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
 - 6.12.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
 - 6.12.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
 - 6.12.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
 - 6.12.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
 - 6.12.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

Outras atividades compatíveis com a função.

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- 6.13. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
 - 6.13.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - 6.13.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.13.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.13.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - 6.13.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 6.13.6. a satisfação do público usuário.
- 6.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

- 6.17. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):
 - 6.17.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 6.17.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - 6.17.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - 6.17.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - 6.17.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
 - 6.17.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 6.17.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.17.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
 - 6.17.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.17.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas

Pag. Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto se dará conforme o disposto neste item.
 - 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
 - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 7.2.1. Contratação de empresa especializada para locação de diversos materiais de decoração Natalina em espaços públicos do Município de Mercedes (inclusa instalação/montagem, desmontagem, manutenção e transporte);

Do recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 07 (sete) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
 - 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
 - 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do <u>art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias

Página | 49





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

- 7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.14.1. o prazo de validade;
 - 7.14.2. a data da emissão;
 - 7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.14.5. o valor a pagar; e
 - 7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante:
- 7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até cinco dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.
- 7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.
- 7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
 - 7.27.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substitui-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal PIS, COFINS e CSLL não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

- 7.28. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico. 7.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o <u>art. 12 da Lei</u> <u>nº 8.429, de 1992</u>, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será execução indireta.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo <u>Decreto-Lei</u> nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - 8.21.1. Todos os custos associados com a visita aos locais da execução do objeto serão arcados integralmente pela própria proponente. A visita aos locais da execução do objeto deverá ser previamente agendada junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego do Município, através do telefone (45) 3256-8039, devendo ser efetuada de segunda à sexta-feira das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, até um dia útil

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

antes da data de realização do processo licitatório (Declaração de Dispensa de Vistoria - modelo constante no ANEXO II);

8.22. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.23. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, CREA/CAU/CFT ou outra, em plena validade;

8.24. Declaração da disponibilidade de profissional responsável técnico, com habilitação na área do objeto, para a prestação dos serviços objeto do presente edital, corresponsável na gerência dos serviços, indicando o nome e o número da inscrição junto a entidade profissional competente, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT ou documento equivalente) relativa ao objeto da presente licitação (Declaração de Responsabilidade Técnica - modelo constante no ANEXO III);

8.25. A declaração exigida no subitem 8.24, deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT", ou documento equivalente, do responsável(eis) técnico(s) indicado(s), emitido(s) pela entidade profissional competente, de execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente. Para os fins da presente exigência, considerase parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação: instalação e/ou montagem de estrutura metálica para edificação provisória e/ou fins diversos, e instalações elétricas em baixa tensão (capacidade técnica profissional).

8.26. Comprovação de vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços acompanhado de ART/RRT de Cargo e Função (ou documento equivalente), entre o responsável técnico pela execução do objeto e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

8.27. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que, declarado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos necessários à execução do objeto, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das disposições da NR-10 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego (Declaração de Obrigações - modelo constante no ANEXO IV);

8.28. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. instalação e/ou montagem de estrutura metálica para edificação provisória e/ou fins diversos, e instalações elétricas de baixas tensão (capacidade técnica operacional);

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ou da filial da empresa licitante.

8.29.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 197.065,03 (cento e noventa e sete mil, sessenta e cinco reais e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7°, § 7°, do Decreto Municipal n.° 031/2023, e do art. 2°, § 2°, do Decreto Municipal n.° 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

(x) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. A presente contratação será precedida de elaboração de Estudo Técnico Preliminar, entretanto, a Análise de Riscos ficará dispensada, considerando que se trata de objeto de baixa complexidade, consubstanciado em simples serviços locação de diversos materiais de decoração Natalina em espaços públicos do Município de Mercedes (inclusa instalação/montagem, desmontagem, manutenção e transporte).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.010.23.691.0011.2046 – Fomento do Comércio e Serviços.

Elemento de despesa: 333903922 Fonte de recurso: 000, 505

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 — Plenário; nº 1.094/2004 — Plenário e nº 2.295/2005 — Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

12.3.1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

12.3.2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

12.3.3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

12.4.1. O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

12.4.2. Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

12.4.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

12.4.4. Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem executar os serviços, objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes, 13 de outubro de 2025.

Nilma Eger Assistente Administrativa







Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA

(Deverá ser apresentado em papel timbrado do licitante)

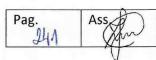
Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - PR Pregão Eletrônico n.º XX/202x

O(A) representante técnico da (inserir o nome da proponente), Sr.(a) (inserir no me do representante), devidamente habilitado junto ao CREA, **DECLARA** que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeiras para com o Contratante.

	(local)	, em	de	de 202x
		(assina	tura)	
(Non	ne, n.º CRE	A e assinatur	a do Responsá	vel Técnico)



Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - PR



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(Deverá ser apresentado em papel timbrado do licitante)

Pregão Elet	rônico n.º XX/202x				
	(nome do propor	nente)	, in	scrita no CNPJ/MF nº.	
neste ato re	presentada por seu	representante	e legal, o(a) Sr	ela SSP/, e do CPF no nis habilitados qualificad	, portador(a)
da Carteira	de Identidade n.º	· 1: ~	, expedida p	ela SSP/, e do CPF nº	',
para a perfe	a, sob as penas da Le cita execução do ob	ei, que aispoe ieto do certan	de proffssiona ne em enígrafe	us nabilitados qualificad	dos e suffcientes
para a perre	na execução do oo	jeto do certair	ie em epigiare		
				, declaramos que o resp	oonsável técnico
pelos serviç	cos, caso venhamos	a vencer a re	ferida licitação	o, será:	
Nome	Especialidade	Nº de registro no conselho respectivo	Data do registro	Assinatura do Respo	nsável técnico
Е, р	or ser expressão da	verdade, date	o e assino a pre	esente.	
			_(local)	, de	de
		Nome	do Representa Função	nte Legal	Titalia.



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

(Deverá ser apresentado em papel timbrado do licitante)

Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - PR Pregão Eletrônico n.º XX/202x

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º xxx/202x, instaurado por este Município, que se nossa empresa for declarada adjudicatária do objeto:

- a) Disporemos de pessoal técnico e operacional necessário para a execução do objeto contratual;
 - b) Disporemos de equipamentos necessários à execução do objeto do contrato;

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

c) Observaremos e faremos observar a legislação relacionada ao objeto, à medicina e a segurança do trabalho, além da própria legislação trabalhista, em especial as disposições da NR-10 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____(local)_____, em ______ de ______ de 202x.
______(assinatura)______
(Representante da empresa e qualificação do mesmo)



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO V ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego.

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Descreva a sua necessidade:

A presente contratação justifica-se diante do objetivo de valorizar o espírito natalino e promover beleza e harmonia ao município. Nesse sentido, a decoração permitirá que os munícipes e visitantes eternizem momentos de alegria, através de registros fotográficos efetuados em espaços cuidadosamente elaborados, nos quais se celebram sentimentos de amor, esperança, solidariedade e fé.

Considerando que o Natal representa uma das épocas mais festivas do ano, verifica-se um aumento significativo de pessoas circulando no município. Diante disso, a ornamentação natalina das edificações, com decoração luminosa e enfeites diversos, objetiva destacar a beleza e a singularidade do período, enriquecendo o visual do ambiente.

Ademais, a contratação possibilita ressaltar o verdadeiro espírito da data, bem como promover reflexões sobre fé, esperança e o fortalecimento dos vínculos afetivos, tendo em vista que referidas virtudes são despertadas pelos símbolos natalinos. Assim, aproximar a população em torno do brilho das luzes e do clima de união e solidariedade que o Natal sugere, contribuirá para que todos compartilhem um sentimento de paz e reflexão.

A decoração natalina proporciona um embelezamento único ao ambiente, criando uma atmosfera festiva nos espaços urbanos. Além disso, incentiva a população a desfrutar de passeios ao ar livre nos locais decorados, estimulando as atividades comerciais e os serviços locais.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Dada a complexidade e a abrangência do serviço, constatou-se que o Município não dispõe de ferramentas e pessoal adequados para a prestação de forma autossuficiente, motivo pelo qual a presente contratação se mostra fundamental, garantindo a instalação e funcionamento das decorações natalinas de forma eficaz e atrativa.

Por fim, pontua-se que a ação decorar, iluminar e promover eventos natalinos na cidade trata-se de tradição que busca preservar a cultura local e incentivar o desenvolvimento econômico regional.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Fica dispensado o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2024, em conformidade com o Decreto 242/2023 de 22 de dezembro de 2023.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

- Os itens cotados devem, no ato da entrega da proposta, vir acompanhados de ficha técnica/catálogos/folders do objeto oferecido, para que não restem dúvidas quanto a especificação do produto oferecido.
- O Município de Mercedes não se responsabiliza por nenhum dano causado por terceiros aos objetos ora locados, bem como nas situações de deterioração decorrente de caso fortuito ou força maior.
- A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos objetos locados.
- É de responsabilidade da contratada a manutenção do objeto da presente licitação no decorrer de todo o período de locação, sendo responsável inclusive por eventuais danos sofridos em decorrência das intempéries do tempo, devendo inclusive substituir o bem caso não atenda mais as exigências do presente edital, o que deverá ocorrer em até 48 horas após a notificação do Município, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- O custo da operação em eventual reposição de objeto integrante da decoração é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- Caso a empresa não detenha peça para reposição no mesmo modelo do ornamento com defeito apresentado ficará a critério da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego a escolha de outro equipamento de qualidade igual ou superior que faça parte do acervo da contratada, ou efetuar o desconto no valor proporcional do objeto, ainda sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital. É vedada o fornecimento de qualquer produto, material ou

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

serviço em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

- A Montagem da decoração deverá ser executada por conta da empresa contratada com acompanhamento e auxílio de uma equipe designada pelo Município de Mercedes.
- Caso algum dos objetos do lote venha com algum defeito a contratada deverá repor imediatamente.
- A contratada deverá disponibilizar uma equipe devidamente uniformizada, equipada com equipamentos de segurança para realizar os serviços.
- Nas situações em que os materiais apresentarem falhas de fabricação, de transporte ou entrega, instalação ou demais fatores internos ou externos, deverão ser substituídos os produtos e seus acessórios com mão de obra inclusa sendo que todas as despesas serão por conta da contratada;
- Será de responsabilidade da contratada o perfeito funcionamento do serviço de iluminação, durante todo o período nos locais determinados no termo de referência, ficarão iluminados.
- Em caso de defeitos, queima de lâmpadas e qualquer outro tipo de defeito que o serviço porventura venha a apresentar no período de seu funcionamento a contratada terá prazo máximo de 12 horas, a contar da solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, para comparecer ao local e solucionar o problema.
- Prestar o serviço contratado com zelo, garantindo a integridade da praça, monumentos, árvores e vegetação.
- Dar destinação correta e sustentável aos materiais utilizados na ornamentação que não serão reutilizados posteriormente.
- A Contratada deverá manter plantão 24 (vinte e quatro) horas de assistência técnica durante o período de vigência do prazo de execução.
- A critério da fiscalização do contrato, os serviços de montagem e desmontagem das estruturas e equipamentos poderão ser realizados em horário noturno ou em finais de semana, sem alteração dos prazos estabelecidos, como forma de não acarretar transtornos ao trânsito e à mobilidade urbana, bem como, melhorar as condições da empresa em executá-los.
- A proponente vencedora deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), para todos os serviços executados.
- Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas deverão ser cumpridas na íntegra.
- As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da proponente vencedora.
- Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações de trânsito.
- Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto, bem como



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

recolhimento de todos os tributos incidentes.

- A proponente vencedora deverá fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- A garantia de serviços prestados é prevista no Código de Defesa do Consumidor, que visa reparar um serviço que não foi entregue como se espera ou como foi planejado.
- Todo material necessário para recuperação das peças natalinas, fica por conta da CONTRATADA.

Serviços de instalação da decoração:

- A empresa CONTRATADA só poderá fornecer os produtos após emissão de Ordem de Compra, devendo a empresa atendê-la no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** após ter dado ciência à solicitação;
- Todos os enfeites natalinos, após revisados e reparados pela CONTRATADA, com a aplicação dos materiais constantes na relação de itens de materiais, deverão ser instalados nas dependências do paço municipal, localizado na Rua Doutor Osvaldo Cruz, 555 e também no portal de entrada do município, margens da BR 163, sentido Avenida Mário Totta.
- A instalação deverá ser realizada, conforme layout ou distribuição de enfeites definidos pelo Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, e ocorrerá nos gramados, calçadas, pisos, árvores, postes, e mediante a instalação de portais, que devem ser verificados pela CONTRATADA, tendo em vista a necessidade da fixação de todos os itens de decoração com parafusos, estacas de ferro (espeques) evitando a queda e possíveis danos aos visitantes e a estrutura.
- A Contratada deverá utilizar e aplicar os materiais elétricos, procedendo as instalações na rede e padrões existentes nos locais, verificando sua capacidade, para que suporte toda a instalação sem riscos de sobrecarga e queda de energia.
- Todas as instalações deverão seguir rígidos padrões, no que se refere a instalação elétrica, de forma a evitar degradação ou queima de enfeites, evitando riscos que possam provocar choque elétricos aos visitantes das praças, finalizando os serviços de instalação com isolamento de todos os terminais e conexões.
- A decoração deverá estar devidamente instalada, isolada e testada, observando o cronograma de datas constantes no presente ETP.
- Todo material necessário para instalação e fixação das peças natalinas fica por conta da CONTRATADA.
- Todos os serviços deverão ser executados pela empresa Contratada, através de seus técnicos e funcionários, sendo vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.
- Todos os trabalhadores envolvidos na execução deverão estar formalmente vinculados a empresa contratada, atendendo a legislação trabalhista.
- Todos os trabalhadores, durante a execução dos serviços deverão utilizar-se dos EPI's necessários conforme legislação.

Serviço de manutenção da decoração:

- Toda a estrutura de decoração deverá ser mantida em funcionamento durante todo o período em



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

que ficarem expostas nos locais solicitados.

Assim compete a Contratada a constante manutenção da decoração, com a seguinte rotina diária:

- Verificação da ligação dos enfeites que não estão ligando e apresentem quaisquer defeitos sejam elétricos e/ou de fixação (entortarem, etc).
- Realizar teste nas estruturas metálicas se não apresentam choque elétrico.
- Verificar as chaves e disjuntores, emendas e ligações dos cabos, verificando possíveis problemas que necessitem manutenção ou mesmo aquecimentos de sobrecarga.
- Reinstalar a decoração ou partes da decoração que tenham sido vandalizadas, arrancadas, ou danificadas pela ação do clima (ventos ou chuvas).

Serviço de desinstalação da decoração:

- Após transcorrido o período natalino, e conforme programação, a decoração deve ser desinstalada e transportada pela contratada até o seu local de deposito, na data de 06/01/2026.

Da responsabilidade e ART de execução:

- A Contratada deverá executar os serviços, acompanhado de profissional responsável técnico, com vínculo de responsabilidade técnica pela empresa junto ao CREA/CAU/CFT, com emissão de ART de Execução dos serviços.
- Fica exclusivamente a cargo da Contratada, a responsabilidade pela decoração instalada, sendo de sua exclusiva responsabilidade quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros por sua culpa ou dolo.
- É de exclusiva responsabilidade da Contratada, acidentes de choques elétricos provenientes da decoração instalada, ou mesmo de danos causado a terceiros, decorrente curtos causados na rede elétrica durante a instalação da decoração, período exposto e desinstalação da decoração.

Dos Equipamentos necessários:

- Considerando a instalação em altura, os serviços da contratada deverão ser realizados por trabalhadores utilizando-se de equipamentos de segurança, ferramentas adequadas, sendo necessário inclusive caminhão com dispositivo (munck, cesto) para transporte, içamento, e instalação da decoração.
- A CONTRATADA deverá cumprir na execução do contrato firmado, os dispostos previstos pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego MTE, que versa sobre as Normas Regulamentadoras NR, decorrentes das atividades realizadas pela mesma e referentes a Segurança e Medicina Ocupacional.

4. - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 65





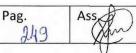
Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
1	2	pç	SINO TRIPLO ILUMINADO Tamanho – Altura 1,55 x 2,05m largura Figura luminosa bidimensional com desenho de três sinos com badalo e três linhas verticais internas. Produzido em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira de LED na cor branco morno na área total da figura. (imagem ilustrativa a seguir).
3			CAIXA DE CASCATA DE LED Tamanho – Altura 0,75 x 10,00m comprimento
2	16	pç	Cascata com 400 microlâmpadas de led, fixo, na cor branco morno. Blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).
3	2	und	GUIRLANDA GIGANTE EM FESTÃO Tamanho – Altura 2,00 x 2,00m diâmetro Guirlanda em estrutura metálica circular dupla, com 0,50 cm entre os círculos, 2m de diâmetro, recoberta em festão aramado verde, com 01 laço em veludo vermelho de 80 cm, cordão de led pisca de extensão em 220 volts e bolas plásticas nas cores e tamanhos diversos. (imagem ilustrativa a seguir).
4	1	pç	FAIXA EM FIBRA FELIZ NATAL Tamanho – Altura 0,75cm x 5,20m largura Peça com formato de flâmula gigante, tridimensional, confeccionada inteiramente em fibra de vidro, com as bordas laterais em volumes salientes

ínie de Mercedos

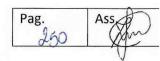


Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
	2		como dobras de tecidos, com acabamento em ponta dando movimento à peça Seu vão central entre as dobras contém os dizeres: "Feliz Natal" com 2,40m de comprimento e as maiúsculas vazando para fora da peça, confeccionado em mangueira luminosa incandescente, na cor cristal. Pintura artística na cor vermelha e contorno dourado. Aplicação de mangueira luminosa em LED nas bordas. Estruturada com metal zincado e proteção anticorrosiva no seu verso para fixação. Face única. Tensão 220w. (imagem ilustrativa a seguir).
		-	CAIXA DE CORDÃO DE LED BLINDADO
5	10	pç	Tamanho 10,00m comprimento Conjunto na cor branco morno. Cordões de LED, 220v, medindo 10 mts de comprimento, com 100 lâmpadas,3 fios de 2mm e lâmpada de 5mm, blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).
			RENA EM MANGUEIRA LUMINOSA
6	2	pç	Tamanho – Altura 1,60 x 2,00m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em forma de rena com as patas dianteiras curvadas e as traseiras esticadas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na conbranco morno, pvc flexível extrudado de 13 mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).
			ÁRVORE CHUVA DE ESTRELAS
	-		Tamanho – Altura 4.50 x 3,10m diâmetro
7	1	pç	Árvore confeccionada em uma estrutura sextavada, com seis partes triangulares em tubo de 20mm x 20mm x 18mm, zincado com tratamento anticorrosivo resistente a exposição e à intempérie. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno em pvc flexível extrusado, 13mm de diâmetro, com 36





Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
			micro lâmpadas por metro na tensão de 220w. Desenho tema em metal com linhas retas e estrelas de cinco pontas. Decorada no topo com uma figura luminosa bidimensional com desenho de uma estrela de 8 pontas, confeccionada em estrutura de barra chata de 3/8 x 1/8. Produzido em metal zincado e corda luminosa em led na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).
			からない
8	4	pç	BOTA ALCAÇUZ Tamanho – Altura 1,75 x 1,45m largura Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de bota do Noel, com bolas de natal e bengalas vermelhas saindo do cano. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. Uma bengala e uma bola com contorno na cor vermelha. (imagemilustrativa a seguir).
	\$.T.		
			BOLA DE PASSAGEM ESTELAR
9	1	pç	Tamanho – Alt 3,45 x 3.25m diâmetro Figura luminosa tridimensional em formato de bola de natal, estruturada em tubo 15 x 15 # 18, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Revestida em toda sua área com cordões de LED luminoso na cor vermelha. Decorada com estrelas de 5 pontas em diâmetros variados e as duas aberturas para passagens de pedestres confeccionadas em mangueira luminosa de LED na cor branco morno. A parte superior é arrematada por uma canopla em polietileno na cor dourada. Pintura da estrutura na cor



Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
			alumínio. (imagem ilustrativa a seguir).
10	5	pç	CONJUNTO DE TUBO SNOWFALL Tamanho – 0,50m altura Conjunto com 08 tubos cilíndrico de luz em led, com efeito de neve caindo. (imagem ilustrativa a seguir).
11	1	pç	NOEL ESTRELA DE POLIETILENO NA MÃO Tamanho – Altura Noel 1,80 x 1,40 largura x 1,00m profundidade Peça tridimensional confeccionada em fibra de vidro, no formato de Papai Noel em pé, com a mão direita suspensa na altura do rosto, segurando 01 estrela de polietileno luminosa na cor branca de 0,50 cm, iluminadas internamente em cores variadas com fiação interna não visível. O braço esquerdo levemente curvado na altura do cinto. Pés paralelos. Finalização em pintura artística com sombreamento e volumes. (imagem ilustrativa a seguir).







Estado do Paraná

[tem	Qtd	Und	Descrição
12	6	pç	PIRULITO COM ESTRELA EM POLIETILENO LUMINOSO Altura 1,20m X 0,50cm diâmetro x 0,38cm profundidade Estrela com cinco pontas, tridimensional, confeccionada em polietileno micronizado e pigmentado. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm em bocal de porcelana. Peça com visual dia e luminosa à noite. Cor branca. Fixação no chão através de uma barra de ferro redonda 3\8, com 1,20m altura. Na cor branca. (imagemilustrativa a seguir).

			CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO
1.2			Tamanho G - Altura 1,15 x 0,95 largura x 09,5m profundidade
13	1	pç	Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).
		-	
			CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO
			Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade



Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
14	1	pç	Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).
15	1	pç	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).
16	1	pç	BOLA LUMINOSA COLORIDA Tamanho – 0,90cm diâmetro Peça tridimensional. Bola natalina confeccionada em polietileno micronizado e pigmentado. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Canopla de fechamento em polietileno pigmentado na cor cinza, com alça em ferro curvo para fixação. Peça com visual dia e luminosa à noite. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).





Ass

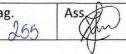
Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
			MEIO ARCO COM ESTRELAS
			Tamanho – Altura 3,00 x 2,00m largura
17	2	pç	Figura luminosa tridimensional com desenho em forma de meio arco, com estrelas e arabescos em curvas no seu interior. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).
			LETREIRO COM O ANO
18	1	pç	Arco altura 2,80 x 5,00 largura x 0,25 profundidade Três números Caixa Alta 1,45 altura x 0,70 largura x 0,25 profundidade Produzido em estrutura metálica galvanizada com tubo de 15x14 e ferros chatos 3\8. Preenchidos com tela plástica e cobertura de cordão de led blindado. Contorno de mangueira luminosa em led na cor branco morno. (imagem
			ilustrativa a seguir).



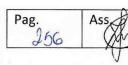




Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
19	6	pç	PIRULITO DE ESTRELA Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de pirulito com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).
20	1	pç	PRESÉPIO EM FIBRA COM 09 PEÇAS. Tamanho natural. Peças em fibra de vidro, tridimensionais, tamanho natural e aparência realista. Acabamento em pintura artística com volume e sombreamento. Hastes metálicas nas bases para fixação. Composto das seguintes figuras: José:1,80 de altura, com uma mão no peito e outra segurando o cajado, vestimenta nas cores amarelo queimado e marrom castor. Maria: 1,30 de altura, ajoelhada, com duas as mãos postas em oração sobre o peito e rosto abaixado, vestimenta nas cores azul e salmão e lenço branco na cabeça. Jesus na manjedoura: peça única com 0,80cm de comprimento e 0,65 de largura com manjedoura na textura de madeira e palha e tecido por cima, nas cores marrom e laranja com Jesus de fralda branca e tons de pele com a mão direita dobrada próxima a cabeça e a esquerda dobrada sobre o ventre e os pés cruzados. Rei mago 1: 1,40m de altura, ajoelhado, com as duas mãos segurando a oferenda em forma de baú, com vestes nas cores laranja, verde e amarelo, barba longa cinza e coroa dourada na cabeça. Rei Mago 2: 1,80m de altura, segurando a oferenda em forma de caixa rústica com a mão direita sobre a tampa e a esquerda apoiando. Vestes nas cores vermelho claro, amarelo e azul. Com turbante e coroa na cabeça. Rei Mago 3: 1,80m de altura, segurando a oferenda em forma de urna com as duas mãos. Vestes nas cores amarelo e azul. Com turbante na cabeça e a cor da pele negra. Vaca: Im altura por 1,50m de comprimento, na posição deitada, com as duas patas dianteiras encolhidas, com chifres e nas cores cinza, marrom e preto.

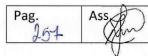




Estado do Paraná

Item	Qtd	Und	Descrição
			Burro: 1m altura por 1,50m de comprimento, na posição deitado, com as duas patas dianteiras encolhidas, as traseiras dispostas lateralmente para a frente, nas cores cinza claro, branco e preto esfumados. Ovelha: 0,70 altura por 1,0m de comprimento, na posição deitada, com as duas patas dianteiras encolhidas, cabeça erguida, patas traseiras dispostas lateralmente para a frente, corpo texturizado para parecer lã, nas cores branco, cinza claro e preto.
			PIRULITO DE ESTRELA COM TRAMA DE LED AZUL
21	6	pç	Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura.
			Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de haste com estrela
			de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com
			proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas.
			Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno e trama de led
		-	na cor azul no interior da estrela. (imagem ilustrativa a seguir).
			FELIZ NATAL COM DESENHO DE FLÂMULA
		*	Tamanho – Altura 0,95 x 3,90m largura.
			Figura luminosa bidimensional com formato de desenho em linhas retas e curvas
22	1	pç	em forma de flâmula, com as duas pontas bifurcadas e a inscrição de Feliz Natal
			em letras duplas no seu interior. Produzido em ferro zincado, com proteção
			anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de
			mangueira luminosa em led na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de
			13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem
			ilustrativa a seguir).
			Feliz Notal
			ARABESCO SINO
			Tamanho – Altura 2,00 x 1,00m largura





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Item	Qtd	Und	Descrição
23	2	pç	Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de 3 linhas curvas intercruzadas, e 1 estrela de 5 pontas em cada uma destas linhas. No centro desta figura um sino decorado com faixa e folha de formato ácer, produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).

Classificação dos bens/serviços:	
(x) Comuns.	() Especiais.
() Continuado.	(x) Não continuado.

Justificativa: Tratam-se de bens/serviços comuns uma vez que cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (n	o caso de fornecimentos contínuos):
() Plurianual	(x) Não plurianual.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Entre as soluções para atendimento da demanda há:

- I. Aquisição dos elementos de decoração e materiais e instalação pelas equipes do município;
- II. Aquisição dos elementos de decoração e contratação de empresa para instalação em lotes distintos;
- III. Aquisição dos elementos de decoração e contratação de empresa para instalação em lote único; IV. Locação dos elementos de decoração, com instalação.

Entre as soluções apresentadas, temos que:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 75

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

I. AQUISIÇÃO DOS ELEMENTOS DE DECORAÇÃO E MATERIAIS E INSTALAÇÃO PELAS EQUIPES DO MUNICÍPIO:

Vantagens:

- Controle Direto: O município tem controle total sobre o processo de decoração, desde a aquisição dos elementos até a instalação.
- Redução de Custos: Pode ser mais econômico, uma vez que os custos da mão de obra e instalação seriam internos.

Dificuldades:

- Necessidade de Recursos Internos: Demandaria recursos humanos, equipamentos e expertise técnica dentro do município.
- Possível Sobrecarga: As equipes municipais podem ficar sobrecarregadas durante a época das festividades.
- Armazenamento: Necessário espaço para armazenamento dos materiais até a instalação e após a retirada para armazenar os materiais reaproveitáveis para o ano seguinte;

Descarte: Os materiais que não houverem reaproveitamento devem ser descartados ou vendidos de forma adequada, sendo que para tal seja necessárias contratações correlatas ou processos de leilão.

II. AQUISIÇÃO DOS ELEMENTOS DE DECORAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO EM LOTES DISTINTOS:

Vantagens:

- Especialização: Uma empresa especializada pode oferecer expertise na instalação, garantindo um resultado profissional.
- Redução de Custos: A instalação em lotes distintos pode reduzir o custo da contratação, visto que a compra pode ocorrer diretamente com os fornecedores.

Dificuldades:

- Coordenação Complexa: Coordenar a execução pode ser desafiador pois a entrega do material deve ser em tempo hábil para garantir a execução no prazo contratado.
- Armazenamento: Necessário espaço para armazenamento dos materiais até a instalação e após a retirada para armazenar os materiais reaproveitáveis para o ano seguinte;
- Remoção do material: Como o material é de propriedade da prefeitura, deve ser garantido que a remoção será cuidadosa de modo a não estragar os materiais para um possível reaproveitamento;
- Descarte: Os materiais que não houverem reaproveitamento devem ser descartados ou vendidos de forma adequada, sendo que para tal sejam necessárias contratações correlatas ou processos de leilão.

III. AQUISIÇÃO DOS ELEMENTOS DE DECORAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO EM LOTE ÚNICO:

Vantagens:

-Coordenação Simplificada: A instalação em um lote único pode simplificar a coordenação e comunicação.

Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- Responsabilidade total da contratada: A contratada deve realizar os processos de compra dos materiais, fazendo a gestão do recebimento dos mesmos e adequando a instalação das decorações. Dificuldades:
- Armazenamento: Necessário espaço para armazenamento dos materiais até a instalação e após a retirada para armazenar os materiais reaproveitáveis para o ano seguinte;
- Remoção do material: Como o material é de propriedade do Município, deve ser garantido que a remoção será cuidadosa de modo a não estragar os materiais para um possível reaproveitamento;
- Descarte: Os materiais que não houverem reaproveitamento devem ser descartados ou vendidos de forma adequada, sendo que para tal sejam necessárias contratações correlatas ou processos de leilão.

IV. LOCAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DECORAÇÃO, COM INSTALAÇÃO:

Vantagens:

- Menos Investimento Inicial: A locação requer menos investimento inicial em comparação com a aquisição dos elementos.
- Serviço Completo: Geralmente, a locação inclui instalação e, em alguns casos, até manutenção.
- Variedade e Atualização: A locação permite acesso a diferentes tipos de decoração a cada ano. Dificuldades:
- Custos Recorrentes: A locação envolve custos recorrentes a cada ano, o que pode acumular ao longo do tempo.
- Dependência Externa: O município depende de um fornecedor externo para a decoração anual.

Registro de soluções consideradas inviáveis

As soluções identificadas e consideradas inviáveis são os itens I, II e III, pois são as soluções que demandam mais dificuldades e menos vantagens.

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

Após a análise de todas as soluções, verificou-se que a descrita no item IV é realmente a mais viável, tanto economicamente, como também nos demais aspectos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 197.065,03 (cento e noventa e sete mil, sessenta e cinco reais e três centavos).

Parâmetros utilizados:

O valor da contratação foi obtido pelo valor mediano dos orçamentos recebidos das empresas Infinitumm, NGR Ltda e MC Shows e eventos LTDA, colhidos através de e-mails, mediante



Município de Mercedes Estado do Paraná

Pag. Ass

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

apresentação de todas as informações técnicas relevantes necessárias.

Metodologia utilizada: A média obtida perfaz R\$ 197.065,03 (cento e noventa e sete mil sessenta e cinco reais e três centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Descreva a solução como um todo: A solução encontrada será a contratação de empresa especializada em decoração natalina para montagem, manutenção e desmontagem da decoração, incluso transporte e logística. Para que a decoração natalina permaneça em funcionamento durante todo o período de sua utilização, faz-se necessária a manutenção ininterrupta, por parte da empresa contratada, de todo o circuito elétrico e da integridade dos objetos decorativos.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1° do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento: Para uma locação eficiente, é crucial que a empresa locadora dos materiais se responsabilize pela instalação e retirada. Qualquer dano aos materiais durante esses serviços será de sua responsabilidade, além da necessidade de manter a qualidade e o padrão dos bens locados. Não é viável imaginar que um projeto de decoração de grande porte, com dezenas de itens, possa ser fornecido por diferentes empresas e ainda manter a mesma qualidade e padrão.

Além disso, a logística de entrega dos produtos deve seguir um padrão único para não prejudicar a instalação feita pela empresa contratada para esse fim. A nosso ver, a qualidade necessária só pode ser alcançada sob o controle de um único fornecedor.

A divisão do objeto em um único lote de produtos e serviços correlatos visa atender ao interesse público da municipalidade, mostrando-se técnica e economicamente viável, dada a similaridade dos produtos/serviços. Isso garante a excelência e a economicidade na prestação dos serviços, uma vez que as empresas do ramo possuem plena capacidade de realizar o fornecimento total dos itens e serviços reunidos. Dessa forma, busca-se reduzir os valores individuais dos produtos para obter um menor preço global e evitar que a eficiência das atividades administrativas seja afetada.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1° do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os resultados esperados:

Decoração dos locais públicos durante o período de festividades natalinas.



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1° do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva as providências prévias: Não há necessidade de providências prévias ao contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1° do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes: Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1° do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva impactos e medidas:

Não há impactos ambientais consequentes da contratação do serviço de decoração, exceto cuidados necessários no descarte de materiais que não podem ser reutilizados, quando da montagem e desmontagem, os quais deverão ser descartados em locais apropriados e são da responsabilidade da empresa contratada.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal n.º 034, de 2023.

- () Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.
- (x) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços: Justifica-se o fato para a não adoção do sistema de registro de preços, que a referida decoração será usada em uma única etapa, com a quantidade exata também já predefinida.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 79





Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1° do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Posicionamento conclusivo:

A contratação se mostrou viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos.

<u>Classificação</u>: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Mercedes/PR, 01 de outubro de 2025.

Rogério Henrique Endler SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E EMPREGO



Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO VI

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes

Setor requisitante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego.

Responsável pela Elaboração do Documento: Vanessa Ressel Moenster

E-mail: vanessa moenster@hotmail.com

Telefone: (45)3256-8039

1. Objeto (o que - descrição sucinta):

Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR.

2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente):

A presente contratação justifica-se diante do objetivo de valorizar o espírito natalino e promover beleza e harmonia ao município. Nesse sentido, a decoração permitirá que os munícipes e visitantes eternizem momentos de alegria, através de registros fotográficos efetuados em espaços cuidadosamente elaborados, nos quais se celebram sentimentos de amor, esperança, solidariedade e fé.

Considerando que o Natal representa uma das épocas mais festivas do ano, verifica-se um aumento significativo de pessoas circulando no município. Diante disso, a ornamentação natalina das edificações, com decoração luminosa e enfeites diversos, objetiva destacar a beleza e a singularidade do período, enriquecendo o visual do ambiente.

Ademais, a contratação possibilita ressaltar o verdadeiro espírito da data, bem como promover reflexões sobre fé, esperança e o fortalecimento dos vínculos afetivos, tendo em vista que referidas virtudes são despertadas pelos símbolos natalinos. Assim, aproximar a população em torno do brilho das luzes e do clima de união e solidariedade que o Natal sugere, contribuirá para que todos compartilhem um sentimento de paz e reflexão.

A decoração natalina proporciona um embelezamento único ao ambiente, criando uma atmosfera festiva nos espaços urbanos. Além disso, incentiva a população a desfrutar de passeios ao ar livre nos locais decorados, estimulando as atividades comerciais e os serviços locais.

Dada a complexidade e a abrangência do serviço, constatou-se que o Município não dispõe de ferramentas e pessoal adequados para a prestação de forma autossuficiente, motivo pelo qual a presente contratação se mostra fundamental, garantindo a instalação e funcionamento das decorações natalinas de forma eficaz e atrativa.

Por fim, pontua-se que a ação decorar, iluminar e promover eventos natalinos na cidade trata-se de tradição que busca preservar a cultura local e incentivar o desenvolvimento econômico regional.



Pag.





Município de Mercedes

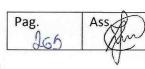
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
01	SINO TRIPLO ILUMINADO Tamanho – Altura 1,55 x 2,05m largura Figura luminosa bidimensional com desenho de três sinos com badalo e três linhas verticais internas. Produzido em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira de LED na cor branco morno na área total da figura. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	2	3.310,00	6.620,00
02	CAIXA DE CASCATA DE LED Tamanho – Altura 0,75 x 10,00m comprimento. Cascata com 400 microlâmpadas de led, fixo, na cor branco morno. Blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	16	331,67	5.306,72
03	GUIRLANDA GIGANTE EM FESTÃO Tamanho – Altura 2,00 x 2,00m diâmetro	17485	und	2	4.633,33	9.266,66

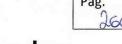




Estado do Paraná

	Guirlanda em estrutura metálica circular dupla, com 0,50 cm entre os círculos, 2m de diâmetro, recoberta em festão aramado verde, com 01 laço em veludo vermelho de 80 cm, cordão de led pisca de extensão em 220 volts e bolas plásticas nas cores e tamanhos diversos. (imagem ilustrativa a seguir).					
04	FAIXA EM FIBRA FELIZ NATAL Tamanho –Altura 0,75cm x 5,20m largura Peça com formato de flâmula gigante, tridimensional, confeccionada inteiramente em fibra de vidro, com as bordas laterais em volumes salientes como dobras de tecidos, com acabamento em ponta dando movimento à peça. Seu vão central entre as dobras contém os dizeres: "Feliz Natal" com 2,40m de comprimento e as maiúsculas vazando para fora da peça, confeccionado em mangueira luminosa incandescente, na cor cristal. Pintura artística na cor vermelha e contorno dourado. Aplicação de mangueira luminosa em LED nas bordas. Estruturada com metal zincado e proteção anticorrosiva no seu verso para	17485	und	1	4.840,00	4.840,00







Estado do Paraná

	fixação. Face única. Tensão 220w. (imagem ilustrativa a seguir).					
05	CAIXA DE CORDÃO DE LED BLINDADO Tamanho 10,00m comprimento Conjunto na cor branco morno. Cordões de LED, 220v, medindo 10 mts de comprimento, com 100 lâmpadas,3 fios de 2mm e lâmpada de 5mm, blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	10	218,33	2.183,30
06	RENA EM MANGUEIRA LUMINOSA Tamanho – Altura 1,60 x 2,00m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em forma de rena com as patas dianteiras curvadas e as traseiras esticadas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno, pvc flexível extrudado de 13 mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	2	2.310,00	4.620,00



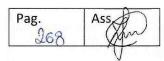




Estado do Paraná

	ÁRVORE CHUVA DE					
07	ESTRELAS Tamanho – Altura 4.50 x 3,10m diâmetro Árvore confeccionada em uma estrutura sextavada, com seis partes triangulares, em tubo de 20mm x 20mm x 18mm, zincado com tratamento anticorrosivo resistente a exposição e à intempérie. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno em pvc flexível extrusado, 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão de 220w. Desenho tema em metal com linhas retas e estrelas de cinco pontas. Decorada no topo com uma figura luminosa bidimensional com desenho de uma estrela de 8 pontas, confeccionada em estrutura de barra chata de 3/8 x 1/8. Produzido em metal zincado e corda luminosa em led na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	20.976,67	20.976,67





Estado do Paraná

	大学なるないなったないなったないなったないなったないなったないなったないないないないない					
08	Tamanho – Altura 1,75 x 1,45m largura Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de bota do Noel, com bolas de natal e bengalas vermelhas saindo do cano. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. Uma bengala e uma bola com contorno na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	4	3.556,67	14.226,68
09	BOLA DE PASSAGEM ESTELAR Tamanho – Alt 3,45 x 3.25m diâmetro Figura luminosa tridimensional em formato de bola de natal, estruturada em tubo 15 x 15 # 18,	17485	und	1	32.320,00	32.320,00

Pag. 269

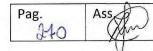




Município de Mercedes Estado do Paraná

						and the second second second
	zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Revestida em toda sua área com cordões de LED luminoso na cor vermelha. Decorada com estrelas de 5 pontas em diâmetros variados e as duas aberturas para passagens de pedestres confeccionadas em mangueira luminosa de LED na cor branco morno. A parte superior é arrematada por uma canopla em polietileno na cor dourada. Pintura da estrutura na cor alumínio. (imagem ilustrativa a seguir).					
10	CONJUNTO DE TUBO SNOWFALL Tamanho – 0,50m altura Conjunto com 08 tubos cilíndrico de luz em led, com efeito de neve caindo. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	5	171,67	858,35
11	NOEL ESTRELA DE POLIETILENO NA MÃO	17485	und	1	4.870,00	4.870,00





Estado do Paraná

		الأراك				
	Tamanho – Altura Noel 1,80 x 1,40 largura x 1,00m profundidade Peça tridimensional confeccionada em fibra de vidro, no formato de Papai Noel em pé, com a mão direita suspensa na altura do rosto, segurando 01 estrela de polietileno luminosa na cor branca de 0,50 cm, iluminadas internamente em cores variadas com fiação interna não visível. O braço esquerdo levemente curvado na altura do cinto. Pés paralelos. Finalização em pintura artística com sombreamento e volumes. (imagem ilustrativa a seguir).					
12	PIRULITO COM ESTRELA EM POLIETILENO LUMINOSO Altura 1,20m X 0,50cm diâmetro x 0,38cm profundidade Estrela com cinco pontas, tridimensional, confeccionada em	17485	und	6	965,00	5.790,00





Estado do Paraná

	polietileno micronizado e					
	pigmentado. Iluminada					
	internamente com lâmpada fria de					
	15 watts 220 volts com cabo PP 2					
	x1,5 mm em bocal de porcelana.					
8	Peça com visual dia e luminosa à					
	noite. Cor branca. Fixação no chão					
	através de uma barra de ferro					
	redonda 3\8, com 1,20m altura. Na					
	cor branca. (imagem ilustrativa a					
	seguir).					
	* * *					
					. 1. 1	
						7 6 6 6
	CAIXA DE PRESENTE					
	LUMINOSA EM					
	POLIETILENO					
	Tamanho G - Altura 1,15 x 0,95					
	largura x 09,5m profundidade					
	Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4					
	pontas, confeccionada totalmente					
13	em polietileno micronizado e	17485	und	1	4.283,33	4.283,33
	pigmentado. Peça com visual noite					
	e dia, sendo luminosa à noite.					
	Iluminada internamente com					
	lâmpada fria de 15 watts 220 volts					
	com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de					
	porcelana. Na cor vermelha.					
	(imagem ilustrativa a seguir).					

Pag. A

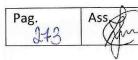
Ass



Município de Mercedes Estado do Paraná

14	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	3.833,33	3.833,33
15	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite.	17485	Und	1	3.833,33	3.833,33





Município de Mercedes Estado do Paraná

	Iluminada internamente co lâmpada fria de 15 watts 220 vo com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal porcelana. Na cor vermell (imagem ilustrativa a seguir).	de				
16	BOLA COLORIDA Tamanho – 0,90cm diâmetro Peça tridimensional. Bola natalina confeccionada e polietileno micronizado pigmentado. Ilumina internamente com lâmpada fria 15 watts 220 volts com cabo PF x1,5 mm, bocal de porcelar Canopla de fechamento e polietileno pigmentado na cinza, com alça em ferro cur para fixação. Peça com visual di luminosa à noite. Na cor branc (imagem ilustrativa a seguir).	em e da de 2 2 na. em cor vo 17485	und	1	1.550,00	1.550,00
17	MEIO ARCO CO ESTRELAS. Tamanho – Altura 3,00 x 2,00 largura	17495	und	2	3.350,00	6.700,00





Estado do Paraná

	Figura luminosa tridimensional com desenho em forma de meio arco, com estrelas e arabescos em curvas no seu interior. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).					
18	LETREIRO COM O ANO Arco altura 2,80 x 5,00 largura x 0,25 profundidade Três números Caixa Alta 1,45 altura x 0,70 largura x 0,25 profundidade Produzido em estrutura metálica galvanizada com tubo de 15x14 e ferros chatos 3\8. Preenchidos com tela plástica e cobertura de cordão de led blindado. Contorno de mangueira luminosa em led na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	14.466,67	14.466,67





Município de Mercedes

Estado do Paraná

19	PIRULITO DE ESTRELA Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de pirulito com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	6	490,00	2.940,00
20	PRESÉPIO EM FIBRA COM 09 PEÇAS. Tamanho natural. Peças em fibra de vidro, tridimensionais, tamanho natural e aparência realista. Acabamento em pintura artística com volume e sombreamento. Hastes metálicas nas bases para fixação. Composto das seguintes figuras: José:1,80 de altura, com uma mão no peito e outra segurando o	17485	und	1	33.833,33	33.833,33







Estado do Paraná

cajado, vestimenta nas cores	
amarelo queimado e marrom	
castor.	
Maria: 1,30 de altura, ajoelhada,	
com duas as mãos postas em	
oração sobre o peito e rosto	
abaixado, vestimenta nas cores	
azul e salmão e lenço branco na	
cabeça.	
Jesus na manjedoura: peça única	
com 0,80cm de comprimento e	
0,65 de largura com manjedoura na	
textura de madeira e palha e tecido	
por cima, nas cores marrom e	
laranja com Jesus de fralda branca	
e tons de pele com a mão direita	
dobrada próxima a cabeça e a	
esquerda dobrada sobre o ventre e	
•	
os pés cruzados.	
Rei mago 1: 1,40m de altura,	
ajoelhado, com as duas mãos	
segurando a oferenda em forma de	
baú, com vestes nas cores laranja,	
verde e amarelo, barba longa cinza	
e coroa dourada na cabeça.	
Rei Mago 2: 1,80m de altura,	
segurando a oferenda em forma de	
caixa rústica com a mão direita	
sobre a tampa e a esquerda	
apoiando. Vestes nas cores	
vermelho claro, amarelo e azul.	
Com turbante e coroa na cabeça.	
Rei Mago 3: 1,80m de altura,	
segurando a oferenda em forma de	
urna com as duas mãos. Vestes nas	
cores amarelo e azul. Com turbante	
na cabeça e a cor da pele negra.	1
Vaca: 1m altura por 1,50m de	
comprimento, na posição deitada,	
com as duas patas dianteiras	

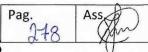




Estado do Paraná

	encolhidas, com chifres e nas cores cinza, marrom e preto. Burro: 1m altura por 1,50m de comprimento, na posição deitado, com as duas patas dianteiras encolhidas, as traseiras dispostas lateralmente para a frente, nas cores cinza claro, branco e preto esfumados. Ovelha: 0,70 altura por 1,0m de comprimento, na posição deitada, com as duas patas dianteiras encolhidas, cabeça erguida, patas traseiras dispostas lateralmente para a frente, corpo texturizado para parecer lã, nas cores branco, cinza claro e preto.					
21	PIRULITO DE ESTRELA COM TRAMA DE LED AZUL Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura. Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de haste com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno e trama de led na cor azul no interior da estrela. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	6	590,00	3.540,00

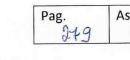




Estado do Paraná

22	FELIZ NATAL COM DESENHO DE FLÂMULA Tamanho – Altura 0,95 x 3,90m largura. Figura luminosa bidimensional com formato de desenho em linhas retas e curvas em forma de flâmula, com as duas pontas bifurcadas e a inscrição de Feliz Natal em letras duplas no seu interior. Produzido em ferro zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em led na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1	4.680,00	4.680,00
23	ARABESCO SINO Tamanho – Altura 2,00 x 1,00m largura. Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de 3 linhas curvas intercruzadas, e 1 estrela de 5 pontas em cada uma destas linhas. No centro desta figura um sino decorado com faixa e folha de	17485	und	2	2.763,33	5.526,66





Estado do Paraná

de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	
TOTAL	197.065,03
eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistên próprio. Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): A definição do quantitativo foi realizada levando em consideração o tamanho do an decorado, bem como contratações anteriores do mesmo objeto. 4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do valor correspondente ao exercício financeiro do Plano): R\$ 197.065,03 (cento e noventa e sete mil, sessenta e cinco reais e três centavos).	nbiente que será
5. Previsão da data desejada para a contratação: novembro de 2025	
6. Grau de prioridade da compra ou contratação: () Baixa () Média (x) Alta () Muito Alta	
7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua exe a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas: () SIM – Qual: (x) NÃO	
8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível desdobramentos:	de elemento e





Município de Mercedes

Estado do Paraná

Elemento de despesa:	Fomento do Comércio e Serviços. 333903922 000, 505
7° do Decreto n.° 031, de 26 (x) SIM	Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º¹ do art. 4 de março de 2023): () NÃO rque é opcional, se for o caso): Contratação de objeto de baixo valor e
	Mercedes-PR, 01 de outubro de 2025.
Assinat	ura do Responsável pela Formalização da Demanda
Ciente e de acordo:	
Secretário da Pasta Interessa	ada: Rogério Henrique Endler





Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE CONTRATO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 SERVIÇOS – LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MERCEDES

(Processo Administrativo n°.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MERCEDES E A EMPRESA

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Laerton Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXX XXXXXXX XXXXXXXX, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada na Rua/Av. xxxxxxxxxx xxxxxx xxx, nº xxx, bairro xxxx, CEP xx.xxx-xxx, na cidade de Mxxxxxxxxx, Estado do xxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxx xxxxx xxxxxxxx, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxx/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo instalação/montagem, desmontagem, manutenção e transporte), para composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
01	SINO TRIPLO ILUMINADO Tamanho – Altura 1,55 x 2,05m largura Figura luminosa bidimensional com desenho de três sinos com badalo e três linhas verticais internas. Produzido em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com	17485	und	2		





Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira de LED na cor branco morno na área total da figura. (imagem ilustrativa a seguir).					
02	CAIXA DE CASCATA DE LED Tamanho - Altura 0,75 x 10,00m comprimento. Cascata com 400 microlâmpadas de led, fixo, na cor branco morno. Blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	16		
03	GUIRLANDA GIGANTE EM FESTÃO Tamanho – Altura 2,00 x 2,00m diâmetro Guirlanda em estrutura metálica circular dupla, com 0,50 cm entre os círculos, 2m de diâmetro, recoberta em festão aramado verde, com 01 laço em veludo vermelho de 80 cm, cordão de led pisca de extensão em 220 volts e bolas plásticas nas cores e tamanhos diversos. (imagem	17485	und	2 ·		

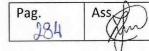




Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
_	ilustrativa a seguir).					
04	FAIXA EM FIBRA FELIZ NATAL Tamanho –Altura 0,75cm x 5,20m largura Peça com formato de flâmula gigante, tridimensional, confeccionada inteiramente em fibra de vidro, com as bordas laterais em volumes salientes como dobras de tecidos, com acabamento em ponta dando movimento à peça. Seu vão central entre as dobras contém os dizeres: "Feliz Natal" com 2,40m de comprimento e as maiúsculas vazando para fora da peça, confeccionado em mangueira luminosa incandescente, na cor cristal. Pintura artística na cor vermelha e contorno dourado. Aplicação de mangueira luminosa em LED nas bordas. Estruturada com metal zincado e proteção anticorrosiva no seu verso para fixação. Face única. Tensão 220w. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1		
05	CAIXA DE CORDÃO DE LED BLINDADO Tamanho 10,00m comprimento Conjunto na cor branco morno.	17485	und	10		





Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	Cordões de LED, 220v, medindo 10 mts de comprimento, com 100 lâmpadas,3 fios de 2mm e lâmpada de 5mm, blindado para uso em área externa. (imagem ilustrativa a seguir).					
	RENA EM MANGUEIRA LUMINOSA					
06	Tamanho – Altura 1,60 x 2,00m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em forma de rena com as patas dianteiras curvadas e as traseiras esticadas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno, pvc flexível extrudado de 13 mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	2		
07	ÁRVORE CHUVA DE	17485	und	1		



Estado do Paraná

tem	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	ESTRELAS					
	Tamanho – Altura 4.50 x 3,10m					
	diâmetro					
	Árvore confeccionada em uma					
	estrutura sextavada, com seis					
	partes triangulares, em tubo de					
	20mm x 20mm x 18mm, zincado					
	com tratamento anticorrosivo					
	resistente a exposição e à					
	intempérie. Aplicação de					
	mangueira luminosa em LED na					
	cor branco morno em pvc flexível					
	extrusado, 13mm de diâmetro,					
	com 36 micro lâmpadas por metro					
	na tensão de 220w. Desenho tema					
	em metal com linhas retas e		H22			
	estrelas de cinco pontas. Decorada					
	no topo com uma figura luminosa					
	bidimensional com desenho de					
	uma estrela de 8 pontas,				1971.7	
	confeccionada em estrutura de					
	barra chata de 3/8 x 1/8. Produzido					
	em metal zincado e corda luminosa					
	em led na cor branco morno.					
	(imagem ilustrativa a seguir).	7 - 1 - 7				
	*			1 1		
	A///\\					
	L. P. L.					
	W Ex Ex W					
	财 22 加					
	对人公公公人员					
	MY WAL					
	BOTA ALCAÇUZ					
	Tamanho – Altura 1,75 x 1,45m					
08	largura	17485	und	4		
	Figura luminosa bidimensional					
	com desenho em forma de bota do					





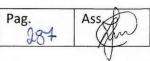


Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	Noel, com bolas de natal e bengalas vermelhas saindo do cano. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno. Uma bengala e uma bola com contorno na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).					
09	BOLA DE PASSAGEM ESTELAR Tamanho – Alt 3,45 x 3.25m diâmetro Figura luminosa tridimensional em formato de bola de natal, estruturada em tubo 15 x 15 # 18, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Revestida em toda sua área com cordões de LED luminoso na cor vermelha. Decorada com estrelas de 5 pontas em diâmetros variados e as duas aberturas para passagens de pedestres confeccionadas em mangueira luminosa de LED na cor branco morno. A parte superior é arrematada por uma canopla em polietileno na cor dourada. Pintura da estrutura na cor alumínio. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1		



Estado do Paraná





Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
10	CONJUNTO DE TUBO SNOWFALL Tamanho – 0,50m altura Conjunto com 08 tubos cilíndrico de luz em led, com efeito de neve caindo. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	5		
11	NOEL ESTRELA DE POLIETILENO NA MÃO Tamanho – Altura Noel 1,80 x 1,40 largura x 1,00m profundidade Peça tridimensional confeccionada em fibra de vidro, no formato de Papai Noel em pé, com a mão direita suspensa na altura do rosto, segurando 01 estrela de polietileno luminosa na cor branca de 0,50 cm, iluminadas internamente em cores variadas com fiação interna não visível. O braço esquerdo levemente curvado na altura do cinto. Pés paralelos. Finalização em pintura artística com sombreamento e volumes.	17485	und	1		

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23







Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	(imagem ilustrativa a seguir).					
	PIRULITO COM ESTRELA EM POLIETILENO LUMINOSO Altura 1,20m X 0,50cm diâmetro x					
12	0,38cm profundidade Estrela com cinco pontas, tridimensional, confeccionada em polietileno micronizado e pigmentado. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm em bocal de porcelana. Peça com visual dia e luminosa à noite. Cor branca. Fixação no chão através de uma barra de ferro redonda 3\8, com 1,20m altura. Na cor branca. (imagem ilustrativa a	17485	und	6		
	seguir).					







Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
13	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho G - Altura 1,15 x 0,95 largura x 09,5m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1		
14	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com	17485	und	1		





Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).					
15	CAIXA DE PRESENTE LUMINOSA EM POLIETILENO Tamanho P – Altura 0,85 x 0,95 largura x 0,95m profundidade Peça tridimensional em formato de caixa de presente com laço de 4 pontas, confeccionada totalmente em polietileno micronizado e pigmentado. Peça com visual noite e dia, sendo luminosa à noite. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Na cor vermelha. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	Und	1		
16	BOLA LUMINOSA COLORIDA Tamanho – 0,90cm diâmetro Peça tridimensional. Bola natalina confeccionada em polietileno micronizado e	17485	und	1		

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23



Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	pigmentado. Iluminada internamente com lâmpada fria de 15 watts 220 volts com cabo PP 2 x1,5 mm, bocal de porcelana. Canopla de fechamento em polietileno pigmentado na cor cinza, com alça em ferro curvo para fixação. Peça com visual dia e luminosa à noite. Na cor branca. (imagem ilustrativa a seguir).					
17	MEIO ARCO COM ESTRELAS. Tamanho – Altura 3,00 x 2,00m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em forma de meio arco, com estrelas e arabescos em curvas no seu interior. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	2		





Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	C. T. C.					
18	LETREIRO COM O ANO Arco altura 2,80 x 5,00 largura x 0,25 profundidade Três números Caixa Alta 1,45 altura x 0,70 largura x 0,25 profundidade Produzido em estrutura metálica galvanizada com tubo de 15x14 e ferros chatos 3\8. Preenchidos com tela plástica e cobertura de cordão de led blindado. Contorno de mangueira luminosa em led na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	1		
19	PIRULITO DE ESTRELA Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de pirulito com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira	17485	und	6		







Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	luminosa em LED na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).					
. =						
	PRESÉPIO EM FIBRA COM 09 PEÇAS.					
	Tamanho natural.					
	Peças em fibra de vidro,					
	tridimensionais, tamanho natural e					
	aparência realista.					
	Acabamento em pintura artística					
	com volume e sombreamento.					
	Hastes metálicas nas bases para					
	fixação.					
	Composto das seguintes figuras:					
	José:1,80 de altura, com uma mão					
	no peito e outra segurando o					
	cajado, vestimenta nas cores amarelo queimado e marrom					
20	castor.	17485	und	1		F 4 7
	Maria: 1,30 de altura, ajoelhada,					
¥1	com duas as mãos postas em					
	oração sobre o peito e rosto					
	abaixado, vestimenta nas cores					
	azul e salmão e lenço branco na					100
	cabeça.					
	Jesus na manjedoura: peça única					
	com 0,80cm de comprimento e					
	0,65 de largura com manjedoura na					
	textura de madeira e palha e tecido por cima, nas cores marrom e					
	laranja com Jesus de fralda branca		-			
	e tons de pele com a mão direita					
	dobrada próxima a cabeça e a	-				



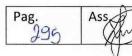




Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	esquerda dobrada sobre o ventre e					
	os pés cruzados.					
	Rei mago 1: 1,40m de altura,					
	ajoelhado, com as duas mãos					
	segurando a oferenda em forma de					1000
	baú, com vestes nas cores laranja,					
	verde e amarelo, barba longa cinza					
	e coroa dourada na cabeça.					775
	Rei Mago 2: 1,80m de altura,					
	segurando a oferenda em forma de					
	caixa rústica com a mão direita					
	sobre a tampa e a esquerda					
	apoiando. Vestes nas cores					
	vermelho claro, amarelo e azul.					
	Com turbante e coroa na cabeça.					
	Rei Mago 3: 1,80m de altura,		-			
	segurando a oferenda em forma de					
	urna com as duas mãos. Vestes nas					
	cores amarelo e azul. Com turbante					
	na cabeça e a cor da pele negra.					
	Vaca: 1m altura por 1,50m de					
	comprimento, na posição deitada,					
	com as duas patas dianteiras			11: 17		
	encolhidas, com chifres e nas cores					
	cinza, marrom e preto.					
	Burro: 1m altura por 1,50m de			1		
	comprimento, na posição deitado,				1 5	
	com as duas patas dianteiras				111	
	encolhidas, as traseiras dispostas					
	lateralmente para a frente, nas	11				
	cores cinza claro, branco e preto					
	esfumados.					
	Ovelha: 0,70 altura por 1,0m de					
	comprimento, na posição deitada,					
	com as duas patas dianteiras	1				
	encolhidas, cabeça erguida, patas					
	traseiras dispostas lateralmente					
	para a frente, corpo texturizado					
	para a frente, corpo texturizado para parecer lã, nas cores branco,					
	cinza claro e preto.					

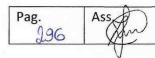




Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
21	PIRULITO DE ESTRELA COM TRAMA DE LED AZUL Tamanho – Altura 1,20 x 0,50m largura. Figura luminosa tridimensional com desenho em formato de haste com estrela de cinco pontas. Produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em LED na cor branco morno e trama de led na cor azul no interior da estrela. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	6		
22	FELIZ NATAL COM DESENHO DE FLÂMULA Tamanho – Altura 0,95 x 3,90m largura. Figura luminosa bidimensional com formato de desenho em linhas retas e curvas em forma de flâmula, com as duas pontas bifurcadas e a inscrição de Feliz Natal em letras duplas no seu interior. Produzido em ferro zincado, com proteção	17485	und	1		





Estado do Paraná

Item	Descrição	Catserv	Und.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
	anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa em led na cor branco morno, em pvc flexível extrudado de 13mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão 220v. (imagem ilustrativa a seguir).					
23	ARABESCO SINO Tamanho – Altura 2,00 x 1,00m largura. Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de 3 linhas curvas intercruzadas, e 1 estrela de 5 pontas em cada uma destas linhas. No centro desta figura um sino decorado com faixa e folha de formato ácer, produzida em ferro de 1/2 x 1/8 polegadas, zincado, com proteção anticorrosiva resistente a exposição prolongada em áreas externas. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor branco morno. (imagem ilustrativa a seguir).	17485	und	2		
	TOTA	AT.				

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - A Proposta do contratado: 1.3.3.
 - Eventuais anexos dos documentos supracitados. 1.3.4.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO CLÁUSULA **GESTÃO** CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI) 6.

- O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTE (art. 92, V) 7.
- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/10/2025.
- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os precos iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no 8.4. objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato; 8.8.

- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2°, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (<u>art. 92, XIV, XVI e XVII</u>)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade:
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o <u>Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)</u>, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

Página | 118



Ass

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133, de 2021).

IV) Multa:

- i. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- iii. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- iv. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- v. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- vi. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de





Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025

Pag.

Processo Licitatório nº 201/2025

de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante. 11.14. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

11.15. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão

expedida por servidor público.

11.16. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.17. É responsabilidade do contratado manter atualizados os enderecos e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual

alteração não comunicada.

11.18. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do

contratado:

- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções a)administrativas; e
- poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

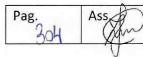
12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23 www.mercedes.pr.gov.br

Página | 121



Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 02.010.23.691.0011.2046 – Fomento do Comércio e Serviços.

Elemento de despesa:

333903922

Fonte de recurso:

000, 505

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na <u>Lei</u> nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei</u> nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

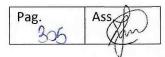
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da Lei</u> nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei n.º 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011.





Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2025 Processo Licitatório nº 201/2025

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1°)

Fica eleito o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon – PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Mercedes/PR, em xx de xxxxxxxxx de 2025.

Município de Mercedes CONTRATANTE

> Xxxxxx CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Xxxx

Xxxx

97932 - PREFEITURA DE MERCEDES - PR 985531 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES - PR



RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90107/2025-000

Critério de Valor:

Critério de Valor:

Critério de Valor:

1 - Itens da Licitação

1 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2

Critério de Julgamento: Menor Preço

Valor Total (R\$): 6.620,00 Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (2)

Grupo: G1

2 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Valor Total (R\$):

Menor Preço

5.306,72

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (16)

Grupo: G1

3 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Valor Total (R\$):

Menor Preço

9.266,66

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (2)

Grupo: G1

4 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Estimado

Valor Estimado

Valor Estimado

Valor Total (R\$): Unidade de Fornecimento: 4.840,00

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

10

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Valor Total (R\$):

2.183,30

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (10)

Grupo: G1

6 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:

Não

Quantidade Total:

2

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Estimado

Pag. 204

Valor Total (R\$):

4.620,00

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (2)

Grupo: G1

7 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:

Quantidade Total:

Não

Critério de Julgamento:

Unidade de Fornecimento:

Menor Preço 20.976,67

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

8 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

plicabilidade Decreto 7174/2010:

Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

14.226,68

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (4)

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Valor Total (R\$):

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Unidade de Fornecimento:

32.320,00

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Grupo: G1

Mercedes/PR (1)

10 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

5

Critério de Julgamento: Valor Total (R\$):

Menor Preço

858,35

Critério de Valor:

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Estimado

Pagno

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (5)

Grupo: G1

11 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

4.870,00

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

12 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

5.790,00

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (6)

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Pag-303

Valor Total (R\$):

4.283,33

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

14 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Valor Total (R\$):

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Unidade de Fornecimento:

3.833,33 UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

15 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Unidade de Fornecimento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

3.833,33 UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

16 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

1.550,00

UNIDADE Unidade de Fornecimento:

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Pag. 3/10

Valor Total (R\$):

6.700,00

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (2)

Grupo: G1

18 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

14.466,67

Valor Estimado

Valor Total (R\$): Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

19 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

2.940,00

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (6)

Grupo: G1

20 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

plicabilidade Decreto 7174/2010:

Não

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$):

Quantidade Total:

33.833,33

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Estimado

Pag. 3M

Valor Total (R\$):

3.540,00

Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (6)

Grupo: G1

22 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total:

Critério de Julgamento:

Menor Preço

4.680,00

Valor Total (R\$): Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

Mercedes/PR (1)

Grupo: G1

23 - Decoração - Ambiente

Descrição Detalhada: Decoração - Ambiente

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:

Quantidade Total:

Não 2

Critério de Julgamento:

Menor Preço

5.526,66

Critério de Valor:

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): Unidade de Fornecimento:

UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,10

Local de Entrega (Quantidade):

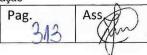
Mercedes/PR (2)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos

Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento		
1	Decoração - Ambiente	2	UNIDADE		
2	Decoração - Ambiente	16	UNIDADE		
3	Decoração - Ambiente	2	UNIDADE		
4	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
5	Decoração - Ambiente	10	UNIDADE		
6	Decoração - Ambiente	2	UNIDADE		
7	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
8	Decoração - Ambiente	4	UNIDADE		
9	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
10	Decoração - Ambiente	5	UNIDADE		
11	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
12	Decoração - Ambiente	6	UNIDADE		
13	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
14	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
15	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
16	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
17	Decoração - Ambiente	2	UNIDADE		
18	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE		
19	Decoração - Ambiente	6	UNIDADE		

20	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE: 3/1 /33
21	Decoração - Ambiente	6	UNIDADE
22	Decoração - Ambiente	1	UNIDADE
23	Decoração - Ambiente	2	UNIDADE



Licitação

Este Aviso de Licitação será Divulgado no (www.gov.br/compras) na data de 23/10/20	Portal Nacional de Con 025.	tratações Públicas - PNCP e no gov.br/co	ompras
esumo do Aviso de Licitação		HASC Personativel	
Orgão 197932 - PREFEITURA DE MERCEDES - PR	-	UASG Responsável 985531 - PREFEITURA MUNICIPAL DE	MEDCEDES DP
		3	
Modalidade de Licitação Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão 90107/2025	Tradicional	Eletrônico	Aberto
ei	Critério de Jul		***************************************
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço/	Maior Desconto	
ipo de Objeto			
Serviços Comuns			
lº do Processo			
201/2025			
Quantidade de Itens			
23			
bjeto			
ontratação de empresa especializada pa	ara locação de peça	s (incluindo transporte, instala	ção/montagem, manutenção e
desmontagem/retirada), para composição d	de decoração natalin	a em espaços publicos do municipi	.o de Mercedes/PK.
rata da Divulgação			
0 ,			
23/10/2025			
announcement of the second of		Data/Hora da Abertura da Licitação	
Data da Disponibilidade do Edital		Data/Hora da Abertura da Licitação Em 11/11/2025 às 08:00	
announcement of the second of		Data/Hora da Abertura da Licitação Em 11/11/2025 às 08:00	
Data da Disponibilidade do Edital			
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00			
Data da Disponibilidade do Edital			
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de I	Em 11/11/2025 às 08:00	
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
Data da Disponibilidade do Edital A partir de 23/10/2025 às 08:00	Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	
partir de 23/10/2025 às 08:00	_Aviso de L	Em 11/11/2025 às 08:00	





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR UASG: 985531

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA N.º 107/2025 TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), composição de decoração natalina em espaços públicos do Município de Mercedes/PR

PRECO MÁXIMO:

Grupo	Descrição/Especificação	R\$ Total
Único	Locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada) para composição de decoração natalina	

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 11/11/2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao público: 07:30 às 11:30h e 13:00h às 17:00h. Telefone: (45)3256-8000, e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br.

Mercedes – PR, 21 de outubro de 2025.

LAERTON

Assinado de forma digital por WEBER:04530421988 Dados: 2025.10.21 14:45:26 -03'00'

> **Laerton Weber Prefeito**

- PUBLICADO -

DATA 22/10/25

DIARIO - TCIAL ELETRÔNICO

www.mercedes.pr.gov.br

4274 EDICK. _

- PUBLICADO -14717 Nº EDIÇÃO



DIÁRIO OFI

MUNICÍPIO DE MERCEDES

315



22 de outubro de 2025

ANO: XIII

EDICÃO Nº: 4274

www.mercedes.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

INFORMAÇÕES **COMPLEMENTARES:** 0 Edital completo encontra-se www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes. Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao Telefone: (45)3256-8000, público: 11:30h e 13:00h às 17:00h. licitacao@mercedes.pr.gov.br.

Mercedes - PR. 21 de outubro de 2025.

Laerton Weber Prefeito

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR UASG: 985531 EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. FORMA ELETRÔNICA N.º 107/2025 TIPO: MENOR PRECO POR GRUPO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada), para composição de decoração natalina em espacos públicos do Município de Mercedes/PR

PRECO MÁXIMO:

Grupo	Descrição/Especificação	R\$ Total
Único	Locação de peças (incluindo transporte, instalação/montagem, manutenção e desmontagem/retirada) para composição de decoração natalina	197.065,03

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 11/11/2025.

site INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Edital completo encontra-se www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao

Página 6





DIÁRIO OF

MUNICÍPIO DE MERCEDES

22 de outubro de 2025

ANO: XIII

EDIÇÃO Nº: 4274

www.mercedes.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

07:30 público: às 11:30h 13:00h 17:00h. Telefone: (45)3256-8000. e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br.

Mercedes - PR. 21 de outubro de 2025.

Laerton Weber Prefeito

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR
UASG: 985531
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA N.º 108/2025
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S E/OU EPP'S
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição e instalação de parques infantis modulares, destinados à Escola Municipal
Tiradentes e Projeto Piá "Luz do Amanhã", em atendimento ao disposto na Deliberação n 013/2025 — CEDCA/PR, no Município de Mercedes/PR.

PREÇO MÁXIMO:

Item Descrição/Especificação Unid Quant. R\$ Unit. R\$ Total
01 Parque infantil unid 2 26.550,00 53.100,00

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br

Item	Descrição/Especificação	Unid	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
01	Parque infantil	unid	2	26.550,00	53.100,00

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 12/11/2025.

INFORMAÇÕES **COMPLEMENTARES:** 0 Edital completo encontra-se www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao 11:30h às 17:00h. Telefone: (45)3256-8000, público: 07:30 às e 13:00h licitacao@mercedes.pr.gov.br.

Mercedes – PR, 22 de outubro de 2025.

Laerton Weber **Prefeito**



Página 7









MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

CNPJ: 78.101.821.0001-01 Rus Rui Barbosa, 202-Centro-FonoFax (045)207-8000 ESTADO DO PARANA

SETRATO DO TERMO ADITIVO IV 92. - TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº 219/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 09/2022 enter Municipio de Ver Cruz do Ceste. sidenale a Adriano Kem 1978/17 1978, CPU n° 43.508 (15:0001-78) Manuelpo de Ulivas sieta Visir (preference a respuise 2025)

em, d' é dullion de 7075. <u>Extrato de la Extrato de Ata - Preciao el Etronico sep nº 1902/2025 2 - Processo nº 84/2025</u> Dolde: Aguisição de Materiais de Enfermagem e insumos médico-hospitalares para atender aos serviços da Eccretaria municipal de Saúdo e evra cruz do doste - Pr.

Contratante: Municipio de Vera Cruz do Deste Detentora da Xira AAST EMPRENDIMENTOS LTDA. Vigência: 12 meses após publicação no PNCP. Valen Total da XIR. ES 880,00 (três mil. elitocentos e ATA Nº 2047/2035 ALA N° 2002025

Contratante: Municipio de Vera Cruz do Deste
Desertora da Ata: ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO
Vigência: 12 mesas após pubicação no PNCP.
Vider Total da Ata: RS 8.700,00 (oito mill e sabacentos reals).
TA N°207 (7025)

ALA NZEVI (1925)
Contratante: Municipio de Vera Cruz do Ceste.
Derendora da Mar: AMO HOSPITALAR COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
Vigindas: 12 metes após publicação no PNCP.
Vigindas: 12 metes após publicação no PNCP.
AVIA TORAI da sal R 25, 50 (Vinte a seis reais e clinquenta centavos).
ATA Nº 2007/2055

or cev2025
Contratante: Municipio de Vers Cruz do Creiro.
Deletintos de Alta ATLANTICO DE PRODUTOS PARIA SAUDE L.TDA
Vivor Toul de alta ATLANTICO DE PRODUTOS PARIA SAUDE L.TDA
Vivor Toul de alta ATLANTICO (Sentio e sessenta e um mil
ATLANTICO (2022)

10 (2023) Inte: Município de Vera Cruz do Ceste. ra da Ata: CAMBE MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATER: uerentora da Ata: CAMBE MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO Vigência: 12 meses após publicação no PNCO. Valor Total da 42: R\$ 1,280,09 (um mil, duzentos e sessenta reais). 3TA N°211/2025

ALA RY C1172025
Contratatie: Municipio de Vera Cruz do Costie.
Detentora da Alas CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL L'IDA
Vigência: 12 meses após publicação no PNCP.
Wigência: 42 meses após publicação no PNCP.
ANOT Total da siz. ari \$8 30.350,00 (trinta mil, trezentos e cinquenta reais).
CONTRATA N° 21272025

Contratante: Municipio de Vera Cruz do Ceste.
Detentora da Ata: CIRURGICA OESTE LTDA

ALA IT 213/2025
Contratante, Mancyclo, de Vere, Curz de Coste,
Contratante, Mancyclo, de Vere, Curz de Coste,
Contratante, Mancyclo, de Vere, Curz de Coste,
Verente, Mancyclo, de Contrata, Carl Residente, Carl Residente,
Particular de Contrata de Contrata de Mancyclo, de Contrata d

ALA H* 214/2025
Contralante: Municipio de Vera Cruz do Ostio.
Detentora da Azi. CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LIDA
Vigência: 12 meses após publicação no PNCP.
Vigência: 12 meses após publicação no PNCP.
ATA N°215 (2025
CONTRALANTE Nº 18-040,00 (quatro mil e quarenta reals).
Contralante: Vigência: 10 meses após publicação no PNCP.

tratante: Municipio de Vera Cruz do Cesse. entora da Ata: DELTA TECH COMERCIO E ASSESSORIA LTDA entora da Ata: DELTA TECH COMERCIO E ASSESSORIA LTDA entora 12 meses após publicação no PMCP. y Total da stat: R\$ 6,440,00 (seis mil., quatrocentos e quarenta n.

ITA N° 216/2025
Contratante: Municipio de Vera Cinz do Cente.
Centeratante: Municipio de Vera Cinz do Cente.
Celestora de Att.: DUMALE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.
Vigência: 12 meses após publicação no PNCP.
Valor Total da att. 87.8.485,00 (nove mil., qualrocentos e sesser
ATA N°217/2025

ATA MIZIT 2025
Contratante: Municipio de Vera Ciuz do Cesta
Detectora de Atr.: EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES L'IDA
Viglencia: 12 meses após públicação no PNCP.
Valor Total da atr. RS 11.303.15, (conta mil, l'ezzentos e três reals e quinza centa-

ATA N°218 /2025 Contratante: Municipio de Vera Cruz do Oeste, Detentora da Atr. FAZ VENDAS LTDA Vigência: 12 meses após publicação no PNCP. Valor Total da atr. S \$ 9.525.41 (nove mil, quinhe ATA N° 219/2025 contratante: Maricipio de Viso Cost do Ossis Contratante: Maricipio de Viso Cost do Ossis Contratante: Maricipio de Viso Cost do Ossis Collega de Cost de Ossis Cost de Ossis Cost Visientes: 12 muesa aciós policinació no PNCP Visientes: 12 muesa aciós policinació no PNCP Visientes: 12 muesa aciós policinació no PNCP Visientes: 12 muesa aciós policinación de PNCP Visientes de Cost de Cost

ATA PF220 2025

Contratante: Municipio de Vera Cruz do Ceste.

Contratante: Municipio de Vera Cruz do Ceste.

Contratante: A Maria Maria EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência: 12 meses após poblicação no PNCP.

Valor Total da sal. R. \$1.5.26,00 (quinzo mil, duzentos e sessenta realis).

CONTRATANTE A 2222025.

EZZIZUS

ante: Municipio de Vera Cruz do Oeste.
ra da Ata: INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
e: 12 mases apos publicação no PINCP.
total da ata: R\$ 6.775,00 (seis mil, setecentos e setenta e cinco reals)
223/2028.

Valor Total as also RS 8.715.00 (seils mit, setecentos e estenta e cinco reale)
ATÁ Nº 22/2012.
Contretante: Mancipio de Vera Cruz do Costes.
Detentorio da Ma. 10 BERTO - DISTRIBULIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LIDA
Detentorio da Ma. 10 BERTO - DISTRIBULIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LIDA
Valor Total da asse RS 92.00 (inversentos a vinte e cinco reale).
ATÁ Nº 224 / 2023.
Contretante: Mancipio de Vera Cruz de Contretante: Anticologo de Vera Cruz de Contretante: Mancipio de Vera Cruz de Contretante: Mancipio

CONTRATARE Municipio de Vera Cruz do Ceste.
Detentora da Ata: L F DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
Viginacia: 12 mares apos publicação no PNCP.
Valor Total da sta: R\$ 18,912,00 (dezesseis mil, novecantos e doze reais).
ATA Nº 22/2/2025. ontratante: Municipio de Vera Cruz do Ceste, internaria da Ata: LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA geritais: 7 meses apopulacio por Del PRODUTOS HOSPITALARES LTDA geritais: 7 meses apopulacio por Del PROD

A M222 ROS

offratante Municipio de Vers CRUZ do Caste.

offratante Municipio de Vers CRUZ do Caste.

oteratante Municipio de Vers CRUZ do Caste.

oteratante Municipio de Vers CRUZ do Caste.

valentora da Ata: LIDER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Viloriforati 2 mese pasp publicação no PNCP.

valor Total da ata: 18 7.748,01 (sente mil. selecentos a quarenta realis a dez centavos).

ATA N 229/2022

Contratante: Municipio de Vers CRUZ do Caste.

OFFICAMENTOS DE SENTE MUNICIPIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Vipóricia: 12 meses aspo publicação no PNCP.

Valor Total da ata: 18 94,40 (noventa e quarto realis e quarenta centavos).

ATA N 229/2023

SURZOZ .

Te: Municipio de Vers Cruz do Oeste.

do Ata: MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA.

12 des es post publicação no PNCP.

12 des es 2, 8,000,00 (clinco mil e cinquenta reals).

11,000,8 9, 800,00 (clinco mil e cinquenta reals).

A IA N° 231/2028
Contratante (Autologio de Vers Ciuz do Ceste.
Contratante (Autologio de Vers Ciuz de Ceste.
Contratante (Autologio de Ceste.
Contratante (Auto 25
funicípio de Vera Cruz do Oeste.
tra: ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA

Controtante: reministration COMENCIO DE Detentora da Ata: ORION COMENCIO DE Vigência: 12 meses após publicação no PNCP. Valor Total da ata: R\$ 1.438,00 (um mil, quatro a TA N* 233/2025

23/1/2022 Inte: Municipio de Vera Cruz do Ceste. 18 da Ata: ORTOBENS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES L'IDA

ATA N° 23/40025
Contratante: Vancição de Vera Cruz do Ceste.
Detentora da Ata PATEMERO PRODUITO PARA SAUDE LTDA
Vigência: 12 missas poto policiação no PRICP.
Visão Todal da Ata El 33/46,06 (Initia e três mil. duzentos e quarenta e nove reals).
CONTRATAR VI 23/20025
CONTRATAR VI 23/20025

ante: Municipio de Vera Cruz do Ceste. era da Ata: PAUHER TECNOLOGY INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Vigência: 12 meses após publicação n Valor Total da ata: R\$ 15.000,00 (quinze mit reais). ATA N* 238/2025

ATA N° 239/2025
Contratante: Municipio de Vera Cituz do Gesta.
Detestedra da Ata PEGASUS SOLUCIOS CORPORATIVAS LTDA
Viginita: 12 mens após publicação no PNCP.
Viginita: 12 mens após publicação no PNCP.
ATA N° 23/7/2025.
C

N.A.N.Y. 2M2825.
Contratable: Municipio de Vivas Cituz do Ostos.
Detentorio de Ax. PUNATURE COMERCIO DE COSMETICOS E ALIMENTOS LTDA Vigilencia: 12 meses após p.u.
Visión Total da atr. RE. 6.000,00 (seis mil mais).
ATA N. 2302025.

ATA M° 2407025 Contratante: Muricipio de Véra Cruz do Deste. Detenfora da Ata: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA Vigência: 12 meses após pubicoção no PNCP. Valor Total da Ata. S. 5.7.920,00 (sete mill e novecentos e vinte rea ATA N°.2417025

ante: Municipio de Vera Cruz do Oeste. Pra da Ata: SOS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LIDA EM REGUPERAGAS Figênicia: 12 meses após publicação no PNCP. Valor Total da ata: R\$ 13.370,10 (treze mil, trezentos e setenta reais e dez centavos) NTA NY24,2025

non microscopio.

Contralante: Mulmicipio de Vera Cruz do Ceste.

Detectora da Alta: TECH-SUL MEDICAL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Viglerelas: 12 mease ados publicação no PINCP.

Valor Total da sta. RE 2.631,90 (dois mil, seiscentos e trinta e nove reals e noventa
ATA N° 24/2020.

tanta: Municipio de Vera Cruz do Oeste. ora da Ata: WISDOM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA da: 12 meses após publicación no PNCP. ita e mil, seiscentos e setenta e oito reals e o 5 (2025) ite: Município de Vera Cruz do Oeste. da Ata: HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES L'IDA

Vigloria: 12 metes adot publicação no PRCP. Vider Total da sub-R3 28-54, 80 /vider a coloni, quinhentos e quarenta trata). EXTRATO DE ATA — PREGÃO ELETRONICO SRP Nº PRESADES — PROCESSO Nº 722025 Objeto: Registro de preços para contribação de empresa para serviços de confecção de impressos gráficos des das secretarias municipais de Veter Cardo Costes - PR.

INTA H"24/2025
Contraints: Municipio de Vera Druz do Cesta
Celentora da Azir A. P. RODRIGUES LTDA, CNP JOS.495 54 16001-51
Vigencia: 12 minera spota publicação no PHCP
VIGENCIA: 12 minera spota publica

AT A N.º 2407225
Contratante: Municipio de Viera Cuuz do Oestid.
Detendora da Altr. D.S. A. Chavest Ltd., CARP J.S. 3089 257/0001-23
Viglencine: 12 nemes dasp politicação no Porti.
Valor Total cid. astr. R.S. 400/00/0 (decresses sin Family)
ATA N.º 2469/225
Contratante: Municipio de Viera Cruz do Oestid.
Detentiona da A.R. Editora Progressions 153, CAPP J. 64.772.5950/001-19

Vigência: 12 meses após publicação no PNCP Valor Total da ata: R\$ 16,000,00 (dezesseis mil reais) ATA Nº 250/2025

ATA Nº 2502025
Construinte: Municipio de Vera Cinz do Ocetà.
Delentore da ATa Yorie Industre Girffaci, Lts., CIP-J 18,485,1820001-18
Vispincie: Timese sepulpidicação no Pilor.
Valor Total da sar. TS 4,989,90 (Cultore mil. nonceretos e otienta e nove maile e otienta centavos).
ATA Y 25/2025.
Contratament: Municipio de Vera Cinz do Cestá.
Contratament: Municipio de Vera Cinz do Cestá.
Contratament: Portugo Contratament.

Servicio Municipio La Contratament.

Servicio Municipio La Cestá Derecto Municipio Lide. CIP-J 14,292,3130001-75.

Vigência: 12 meses após publicação no PNOP Valor Total da ata: R\$ 36.229,05 (trinta e seis mil, duzentos e vinte e nove reais e cinco o

Valer facilità de 24°C 35°C.25°C, Si priète le sei mil , dissortice à voire nice cono contrares).

Constitute, l'Associo de Valer Cart de Cette.

Deletionire de Alex-Primagne finalere d'aciden E Edition 1.18. CIPI 20 A44.530001-15 Villagiant.

Priète l'acide de Alex-Primagne finalere d'aciden E Edition 1.18. CIPI 20 A44.530001-15 Villagiant.

Valer facilità de la CET 12.75°C, Di Constitute d'acident e o diserte a se dire sais d'acident per l'Associa de l'acident de la CET 12.75°C, Di Constitute d'Acident de l'Associa de

Assistantes: Ection agond a Lucra Lucratum reviews
CONTRATION PERSONS CONTRATION PERSONS

HISTORICA CONTROL CO

tação lam por objeto a troca de peças originais do veloulo oficial do Município, a ser realizado exclu a autorizada do fabricante, em estrita observância aos prazos, especificações e procedimentos estal

mobile de em qualita possar asquire, mas conforme disposito na apolicio vigorite, observo se qua acessadora e equipamentos mutatador no (linea oppleo em se recutua para si falsalação) não estado abrançãos piles obsetiva contribuia. Los a avecuções deveriga electronissoridas adolestado electropico espersamo nomas do balicitante e confição indisponsávei para tentado da quanta se filostra, que neste caso é de 1/dez) asos, rum sez que a restatação da toxo de peças por oficinas ele-ciardo da quanta se filostra, que neste caso é de 1/dez) asos, rum sez que a restatação da toxo de peças por oficinas ele-ciardo con los dos portenidos biencos do filosterios melhora a partia melhota de conhesta contuita, planderio designamente ou or constito e enembrato separanção esta dos constitos enembratos para electronis de contratos de contratos al acessarás de los designos en enembratos seguranças de securidos de presentados, maimo de seguição de desa aprimiránte paladico.

As you have Tombool Application Tombool Application Tombool Application Controllage on Controllage Application Controllage On Ednei Sgobi Prefeto Municipal

CI1239341-E25

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR UASG: 985531

ULGG: 9857.

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALDADE PECADO, FORME LESTROMICA Nº 1967225

LICITAÇÃO DE CLUTAÇÃO

MODALDADE PECADO, FORME LESTROMICA Nº 1967225

LICITAÇÃO DE CLUTAÇÃO AND RES EXTUDE PER

ON LICITAÇÃO DE CLUTAÇÃO DE PECADO P

Item	Descrição/Especificação	Unid	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
01	Catxa Com Bombons Sortidos	unid	850	16,50	14 025,00
02	Bebida láctea UHT achocolatada, 200ml	unid	850	2,02	1,717,00
03	Salgadinho á base de farinha de milho, crocante, salgado e pronto para consumo; Peso mínimo 100g	urid	850	4,45	3.791,00

MICIDIO DA BESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13h3/min do dia 01/1/2015.

MECRARAÇÕES COMPLEBENTARES. O Edital compilelo encortais-se no site <u>www.mercedes.pr.gov.lxr.</u> bem como, no site

MECRARAÇÕES COMPLEBENTARES. O Edital compilelo encortais-se no site <u>www.mercedes.pr.gov.lxr.</u> bem como, no site

MECRARAÇÕES COMPLEBENTARES. O Edital compilelo encortais-se de dispossição dos interesados, no Secretaria de

Presigemento, Administrações Franças, na Prelettra do Mancição de Mercedes, substata à Pau ID. Covardo Cour. n.º 555. Centra

Con Cladad de Mercedes, Editad do Pisansia, de segunda a seste fiera, ho horbido de aliendamina o públicor (703 dos 11:30 n. e

13:00 h às 17:00n. Telefone. (45):255-8:000, e-mai: <u>inclusiva@mercedes.pr.gov.lx</u>.

Marcardes.—PR. 21 de outubro de 2025. Mercedes - PR. 21 de outubro de 2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR UASG: 985531 UASG: 985531

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA N.º 107/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO

MONUTANCE PRECIALO, PRECIA

Laerton Weber Prefeito

MUNICIPIO DE MERCEDES – PR

MASS. 98531

ELTRATO DE EDITA, DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PESCÃO, FORMA ELTRÓMICA X*1660025

LICITAÇÃO FORMA ELTRÓMICA X*1660025

LICITAÇÃO FORMA ELTRÓMICA X*1660025

LICITAÇÃO FORMA PESCÃO POR ITEM

TIPO: MENDOR PREÇO POR ITEM

OBJETO. Aquisição e instaliquê de propries mátimis modaleses, electróma de Secola Municipal Timálentes e Pojeto Pá *Luz do Aramán*, em alterdamento ao disposito no Deletinegão no 103/2025 – CEDCAPR, no Municipio de Metrodes/PR.

Item

Descrição Especificación

| Descrição/Especificação | Unid | Quant. | R\$ Unit. | R\$ Total | Unid | 2 | 26.550,00 | 53.100,00 | Involution is sessional use in Precipios antonimo do sa ratificado.

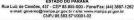
NETOPORAÇÕES CONTELECRIPATERS D. O Eleia compileo encorais en o des <u>inverse menoridas propular</u>, bem como, no alla <u>filipar liniva que historinasidad de nomina informações co</u>ncoltana es à disposição dos interessados, no Secretaria de <u>Historia Marquita de historia de historia de menorida de nomina de actual de menoridad de la propulaçõe de Tempara, as religios actual filipar de Marquita de Marquita de destinación de alternación por places, actual de 100 de productivo de propulações de marquita de la productiva de la productiva de menoridad de Marquita d</u>

Mercedes - PR, 22 de outubro de 2025. Laerton Weber Prefeito CI1239321-E25



PAG.

MUNICÍPIO DE MARIPÁ





EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

PORTARIA Nº 577/2925
REVOGA, função Grafificada de Coordenador da Vigilância Sanitária concedida a servidora efeliva ROSIMERI REDIEN, márcina nº 170313-0, ocupante do cargo efelivo de Técnico de Segurança do Trabatino, a partir de 21 de countro de 2025. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 22 de outubro de 2025. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Perfellos ROBERTO LUIZ JACORY Servida de Administração.

PORTIARIA NºSTA2023

FORTIARIA NºSTA2023

FORTIARIA NºSTA2023

Exercisi, no 21 de colusiones de 2023, o servicire (EMESIGNE) FELLIPE DE AZEVEDO KOSHIG, postador molecular

Exercisi, no 21 de colusiones de 2023, o servicire (EMESIGNE) FELLIPE DE AZEVEDO KOSHIG, postador molecular

Exercisia (EMESIGNE) de 2023, o servicire (EMESIGNE) FELLIPE DE AZEVEDO KOSHIG, postador molecular

Exercisia (EMESIGNE) de 2023, o servicire (EMESIGNE) de 2023, o minimalmentarios, lobado es Secretarios de Colorios.

Comercios, Tustimo e Deservicivimento Escorbinos, PALACIO DAS ORQUIDEAS, em 22 de outubro de 2025.

RORIGIO ANORES ESCHAOSIOS, Prefeito INDEBETO LUIZ ACOUST Secretatios de Aminimatação.

PORTARIA N°579/2025
Exonerar, em 21 de outubro de 21
comissionado de Chefe do Setor e
DAS ORQUIDEAS, em 22 de outu
Sacretário de Administração. oro de 2025, o servidor ELTON STIBBE, portador da malnicula 248347-1, ocupante do cargo o Seior de Desenvolvimento e Controle das Orquidaceas e do Centro de Eventos. PALACIÓ 2 de outubro de 2025, ROORIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeto, ROBERTO LUIZ JACOBY

secretario de Administração.

PORTARIA, N°ESOROZAS

Exonerar, em 21 de outubro de 2025, a servidora ELIZETE SIVIDINI VANZIN, portadora da n
1, ocupante do cargo comissionado de Chiefe do Selor do Trabalhador. PALÁCIO DAS ORQUI
outubro de 2025, ROPIGIO ANDRE SCHANDSKI, Prefeito, ROBERTO LUIZ JACOBY Secretário do

PORTARIA M'581/2025
Excessor, em 21 de outubro de 2025, a servidora ELIS FERNANDA HENN UTECH, portaforn de ad20244, ocuparia de cargo comissionado de Diretor do Departamento de Engenharia e Projetos, PALACIO DAS
ORGUIDEAS, em 22 de outubro de 2025, RODRIGO ANDRE SCHANOSKI, Prefeita, ROBERTO LIUZ JACOBY
Secretário de Administração.

PORTARIA Nº 582/2025
Dispõe sobre a concessão de dárias e dá outras providências. PALÁCIO DAS ORQUIDEAS, em 22 de c 2025. RODRIGO ANDRE SCHANOSKI, Preferio, ROBERTO LUIZ JACOBY Secretário de Administração.

MOTITARIA W 1984/2055

ONLY AND A THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE YOUNG THE PROPERTY OF TH

SCHMANDAM, Priestics, Kruter IV CLUZ JACUUPT Secretario de Administração.

PORTARIA Nº 5822025

NOMEAR, o Sr. ELIZETE SIVIDINI VANZIN, portedora do CPF nº 825 xxx xxxx-15, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Seção do Trabahador, almodo CCOS, a parte de 28 de culturio de 2025, AJACID CAS CHOVIDEAS, em 22 de culturio de 2025, AVORDIA CONTROL SECRETA CUEZ JACOBY Secretario de 2026 ANDRE SICHAMOSIX, Prefeiro, ROBERTO LUIZ JACOBY Secretario de 2026 ANDRE SICHAMOSIX, Prefeiro, ROBERTO LUIZ JACOBY Secretario de 2026.

Administração.

PORTARIA Nº 1886/2025

NOMEAR, a cituda ELIS FERNANDA HENN UTECH, portadora do CPF nº 076 XXXXXXX-37, para exercer o cargo

Comissionado de Gerente de Engenharia a Projetos, CC-02, a parir de 23 de outubro de 2025. PALACIO DAS

ORQUIDEAS, em 22 de outubro de 2025. RODRIGO ANDRÉ SCHANDSKI, Prefeto, ROBERTO LUIZ JACOBY

Secretário de Administração. orientario de Professioaque.

DECRETO Nº 212 E 2 DE GUTUBRO DE 2025.

Dispês sobre a abentura de Crédito Adeional Suprementar no Orçamento de Exercico de 2025, na importancia de 189 3/63 /02 (noventar a crono mil, ducentos e sessenta e sele resis a dois centimos), e da outras providencias.

PALACIO DAS ORCUIDEAS, em 22 de outubro de 2025, RODRICO ANDRÉ SCHAMOSKI, Preferio, ROBERTO LUZ ACCORS SCRATOR de Administração.

riveis no diário oficial eletrônico do Município de Maripá - En



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85,955-000 - FoneiFax: (44) 3887-1282
e-mait, governo@maripa.pr.gov.br / sile: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95,583,571/0001-02



EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

Les revolts par l'es reals) è di ciète procédicale. RIJL LOCA mirra vio exercico de 2020, ai impositioni de DOMIGNO AMERI SCANNOSIO, Preinte DEBETTO LUIZ JACORY Scentillos de Allementação.

DECETTO P 24, DE 20 DE CUTURDO DE 2025.

Diples sobre a sintente de Crédit Adecant dispensatir no Ciparment de Exercició de 2025, na emprisho de 18 20,1890 (bissente e bits mil, novembre e obtenir reals) e da dubas procéderoas. PLALCIO DAS Exerciciós de America Participa de 19 de

Assentium 2 de endro es 2015.

RESPOSTA AO PEDIDO DE MEVISIANACIÓ
Processo Licitatório nº 692/2025. Preglad Betefinicio nº 698/2025.
Processo Licitatório nº 692/2025. Preglad Betefinicio nº 698/2025.
Processo Licitatório nº 692/2025. Preglad Betefinicio nº 698/2025.
Processo Cultura de processo de compresso de contidio nº 698/2025. A presentado pelo interessado VISICEA CULTURA SENTOS CULTURA DE PROCESSO DE CONTINUE DE CONTINUE NO CONT

CI1239348-E25



AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 069/2025 Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº** 069/2025. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganev.pr.gov.br . O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, Decreto Municipal nº 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de informática, compreendendo microcomputadores, microcomputadores de alto desempenho, monitores de 24", computadores do tipo All in One, notebooks e monitores curvos de 27", destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braganey-PR, conforme especificações técnicas detalhadas, conforme especificações descritas no Termo de Referência.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO:_R\$ 883.371,84 loitocentos e oitenta e trem mil trezentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 07/11/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 07/11/2025.

Braganey - PR, 22 de Outubro de 2025.

DANIEL CRUZ BARTOSKI CI1239327-F25 Pregoeîro